



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

**FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: RELAÇÕES PÚBLICAS**

**DÉBORA APARECIDA BROMBINE FREITAS**

**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E FORMAÇÃO POLÍTICA: O  
MOVIMENTO DE MORADIA DA MOOCA**

**BAURU  
2018**

**DÉBORA APARECIDA BROMBINE FREITAS**

**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E FORMAÇÃO POLÍTICA: O  
MOVIMENTO DE MORADIA DA MOOCA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, em cumprimento às exigências do curso Comunicação Social: Relações Públicas, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social: Relações Públicas, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Verônica Sales Pereira.

**BAURU  
2018**

**DÉBORA APARECIDA BROMBINE FREITAS**

**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E FORMAÇÃO POLÍTICA: O  
MOVIMENTO DE MORADIA DA MOOCA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, em cumprimento às exigências do curso Comunicação Social: Relações Públicas, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social: Relações Públicas, pela seguinte banca examinadora.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Verônica Sales Pereira

---

Alana Nogueira Volpato

---

Caroline Kraus Luvizotto

Bauru, 26 de junho de 2018

Dedico este trabalho àqueles que nele encontrarem  
força para ser o ponto fora da curva.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais de sangue e de coração – Isabel, José do Carmo, Carlos Roberto e Elaine, pelo apoio incondicional a todos os meus objetivos e sonhos, muitas vezes incertos a mim mesma.

À minha irmã Roberta, pessoa que mais amo nessa vida, por tudo que vivemos e ainda vamos viver.

À Isabelly, por trazer luz aos meus dias.

À minha orientadora Verônica, por carregar em si o verdadeiro significado da palavra “professor”.

A todos os professores, que me fizeram enxergar melhor o mundo e um mundo melhor.

Ao Movimento de Moradia da Mooca e seus integrantes, que me acolheram com o coração aberto.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento e têm parte na Débora que se entregou a este trabalho.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

(Fernando Teixeira de Andrade)

## **RESUMO**

Apresentamos um estudo sobre o Movimento de Moradia da Mooca que, com quase quarenta anos de existência, possui grande relevância no cenário dos movimentos sociais de São Paulo. Surgido em 1979, o então denominado Movimento dos Quintais e Cortiços da Mooca protagonizou a luta das classes populares pelo direito à moradia nas áreas centrais ou “centro expandido” da cidade – lugar segregado às classes médias e altas. Diante do amplo caráter formativo do movimento, em sua constituição e trajetória inicial, analisamos a partir do levantamento bibliográfico e da pesquisa participante, suas atividades de formação política e cultural, em uma perspectiva diacrônica, verificando como a organização tem se transmitido geracionalmente, das antigas lideranças para os novos integrantes. Assim, tangemos nosso objetivo principal que é analisar em que medida a comunicação comunitária pode contribuir para essa transmissão do movimento. O presente trabalho consiste em um recorte da iniciação científica “Formação política e comunicação comunitária: o Movimento de Moradia da Mooca” – financiada pela Fapesp, pelo processo nº 2017/05202-1 – e traz a discussão das variáveis internas ao movimento, como estrutura organizacional, relação entre lideranças e base e repertórios de ação política. A partir da conclusão de que tais fatores conformam um ciclo que dificulta o desenvolvimento da mobilização civil e situando a formação política e cultural no centro desse cenário, defendemos a possibilidade de atuação das relações públicas comunitárias, dadas suas características, no âmbito dos movimentos sociais, de modo a promover sua transmissão e permanência.

**Palavras-chave:** Comunicação Comunitária. Relações Públicas Comunitárias. Movimentos Sociais. Movimento de Moradia da Mooca. Formação Política e Cultural.

## **ABSTRACT**

We present a study about Movimento de Moradia da Mooca which has almost forty years of existence and has great relevance in the scenario of social movements in São Paulo. Founded in 1979, the so-called Movimento dos Quintais e Cortiços da Mooca, led the struggle of the popular classes for the right to housing in the central areas or "expanded center" of the city - a place segregated to the middle and high classes. Faced the wide formative disposition of the movement, in its constitution and early trajectory, we analyze – by bibliographical revision and participant research – these activities of political and cultural formation, in a diachronic perspective, verifying how the organization has transmitted itself generationally, from the old leaderships to the new members. This way, we reach our main objective that is analyze how the community communication can promote the movement's transmission. The present paper is a snippet of the scientific research "Formação política e comunicação comunitária: o Movimento de Moradia da Mooca" – financed by Fapesp, by process nº 2017/05202-1 – and it brings the discussion about the intern variables of the movement – organizational structure, relation between leaders and base and political action's repertory. Because these factors form a cycle that hampers the civil mobilization development and the political and cultural formation is on the center of this scenario, we defend the possible performance of community public relations – because of its features – in the scope of the social movements, in order to promote its transmission and permanence.

**Key words:** Community Communication. Public Relations. Social Movements. Movimento de Moradia da Mooca. Political and Cultural Formation.

## LISTA DE SIGLAS

ATRI = Associação dos Trabalhadores do Ipiranga  
ATRM = Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca  
CEB = Comunidade Eclesial de Base  
CMP = Central dos Movimentos Populares  
EOP = Estrutura de Oportunidades Políticas  
FABES = Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social  
FLM = Frente de Luta por Moradia  
OSM = Oposição Sindical Metalúrgica  
PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PPB = Partido Progressista Brasileiro  
PPR = Partido Progressista Reformador  
PROEX = Pró-Reitoria de Extensão  
PSD = Partido Social Democrático  
PT = Partido dos Trabalhadores  
PTB = Partido Trabalhista Brasileiro  
RMSP = Região Metropolitana de São Paulo  
TMR = Teoria de Mobilização dos Recursos  
TNMS = Teorias dos Novos Movimentos Sociais  
TPP = Teoria do Processo Político  
ULCM = Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia  
UMM = União dos Movimentos de Moradia

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
1.	<b>Movimentos sociais: panorama teórico.....</b>	<b>03</b>
2.	<b>As matrizes discursivas dos novos movimentos sociais no Brasil.....</b>	<b>10</b>
3.	<b>Movimento de Moradia da Mooca.....</b>	<b>15</b>
4.	<b>Formação política e cultural no Movimento de Moradia da Mooca.....</b>	<b>24</b>
5.	<b>Relações públicas comunitárias nos movimentos sociais.....</b>	<b>28</b>
6.	<b>Objetivos.....</b>	<b>32</b>
7.	<b>Metodologia: a pesquisa participante.....</b>	<b>32</b>
7.1	Processo da pesquisa.....	33
8.	<b>Discussão dos resultados.....</b>	<b>35</b>
8.1	Estrutura do movimento.....	36
8.2	Relação entre coordenação e integrantes.....	43
8.3	Construção dos repertórios de ação política.....	45
8.4	Formação política e cultural.....	47
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>53</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

Cada vez mais, tem-se colocado, em nossa sociedade, a importância e urgência de direcionarmos a construção do conhecimento para o interesse social, rompendo com o abismo entre universo teórico e realidade empírica, a fim de contestarmos o sistema vigente e edificarmos uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo Freire (2011), a libertação exige uma reflexão autêntica, que leva à ação. Essa reflexão, portanto, deve romper com os padrões tradicionais de estudo, adotando processos dialógicos, críticos e emancipadores, conformados à prática política-cultural popular, nos quais o povo é convocado à participação, tornando-se sujeito de seu próprio saber, que vem dele e para ele deve retornar.

Nesse sentido, nosso trabalho<sup>1</sup> traz uma contribuição significativa ao abordar a temática dos movimentos sociais, tomando como objeto-sujeito de estudo o Movimento de Moradia da Mooca, que teve e tem papel fundamental no contexto da mobilização civil de São Paulo. O movimento surgiu em 1979, como um dos primeiros movimentos de moradia da região central do município, levantando a pauta do déficit habitacional em um cenário complexo, construído a partir de uma série de transformações – a industrialização e urbanização de São Paulo; sua expansão e a consequente valorização da região central; a proliferação de moradias precárias nessa área; a desconcentração produtiva, a precarização do centro e o discurso de requalificação urbana etc. O movimento protagonizou, assim, uma luta que se estende para além da questão física/material e envolve uma disputa simbólica, em que o centro nunca foi atribuído como lugar de direito às classes populares.

A instituição civil formou-se no interior da Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca (ATRM), criada também em 1979, que por sua vez, originou-se da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM), cuja luta operária aparecia de forma relevante desde os anos 1960. Seu surgimento marcou-se pelo contexto em que os movimentos sociais ganharam posição central no processo político, em um novo paradigma (MELUCCI, 1996) ou forma organizativa (CASTELLS, 1979, 1999) da ação social. Desse modo, revisitando as teorias em torno da mobilização civil, pontuamos a contribuição – ao nosso estudo – das Teorias dos Novos Movimentos Sociais, que destacam a cultura e a identidade coletiva como fundamentais aos movimentos, ao atribuírem significado específico às demais variáveis – recursos, organização, estrutura política etc. Dentro dessa teorização e no contexto brasileiro, apontamos também as matrizes discursivas – eclesial, marxista e do novo sindicalismo – que

---

<sup>1</sup> O presente trabalho consiste em um recorte da iniciação científica “Formação política e comunicação comunitária: o Movimento de Moradia da Mooca”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo processo nº 2017/05202-1, que ainda se encontra em realização, com conclusão prevista para julho de 2018.

influenciaram, de forma imbricada, os “novos movimentos sociais” e assim, o Movimento de Moradia da Mooca.

Nosso objeto-sujeito de estudo constituiu-se com o propósito de lutar por melhores condições de vida e moradia àqueles que residiam nos cortiços e quintais da Mooca; denominando-se inicialmente Movimento dos Quintais e Cortiços da Mooca. Durante sua trajetória de quase quarenta anos, o movimento precisou reestruturar-se diante das transformações externas, o que determinou, em certa medida, sua identidade e resultou na mudança de seu nome – hoje, o grupo é referido como Movimento de Moradia da Mooca<sup>2</sup>. Tais mudanças condicionaram também seu posicionamento e atuação, por ter vivenciado desde a experiência dos mutirões autogeridos, passando pela institucionalização dos movimentos sociais, a consequente relação intrincada com o governo, a disputa simbólica dentro do próprio grupo, os complexos processos de fragmentação e articulação, até chegar ao contexto atual da mobilização em rede.

Assim, a história do movimento, permeada por transformações e ressignificações constantes, coloca-nos a questão sobre seu processo de permanência. A partir disso e cientes da importância que a linguagem possui para a ação e a interação humana e a construção da realidade, definimos o objetivo principal do nosso trabalho – verificar a possibilidade de atuação das relações públicas comunitárias, no âmbito do Movimento de Moradia da Mooca, contribuindo para sua transmissão aos novos sujeitos políticos e seu desenvolvimento.

Nesse ponto, levantamos a hipótese de que o movimento transmitiu-se nesses quarenta anos, devido ao amplo caráter formativo, presente em sua constituição e trajetória inicial; com a realização – no espaço da ATRM – de cursos profissionalizantes, seminários de formação política, alfabetização, palestras, apresentações culturais, atividades de lazer etc. Dado potencial formativo trouxe diversas conquistas ao movimento, colocando-no em uma posição de destaque entre as mobilizações sociais de São Paulo, com o reconhecimento de sua força para a luta. Mas se por um lado, tais atividades formativas influenciaram sua trajetória expressiva; por outro, formaram lideranças que, posteriormente, deixaram o grupo para ingressar em outros movimentos ou outras instâncias de participação.

Destacando portanto a importância da formação política e cultural, definimos como objetivo específico do nosso estudo a análise dessa variável – e dos demais fatores internos relacionados; pontuando sua influência ao desenvolvimento do Movimento de Moradia da Mooca, durante sua trajetória. Por meio do levantamento

---

<sup>1</sup> Para facilitar a identificação do movimento, utilizaremos no decorrer deste trabalho seu nome atual, exceto quando nos referirmos ao momento de seu surgimento.

bibliográfico e documental e da pesquisa de campo – com a observação participante e a aplicação de entrevistas semi-diretivas aos integrantes do movimento, realizamos um estudo diacrônico, que relaciona o passado e o presente do grupo, principalmente no que tange às atividades formativas. Desse modo, identificamos e analisamos alguns fatores internos ao movimento – estrutura organizacional, relação entre lideranças e base, repertórios de ação política – que, em interferência mútua com a formação política e cultural, tolhem – em certa medida – o propósito basilar dos movimentos sociais, a construção de espaços democráticos e emancipadores, em que o povo torna-se protagonista, na luta por uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, a partir das características, valores e propósitos da comunicação comunitária e das relações públicas comunitárias, defendemos a possibilidade e efetivação da área no âmbito das instituições civis, em contraposição às formas tradicionais de comunicação, subjugadas ao capital e às estruturas sociais vigentes. Abordando os princípios da educação libertadora (FREIRE, 2011), da participação, da autonomia, do saber popular, da horizontalidade e simetria etc., pontuamos em que medida e condições as relações públicas comunitárias podem atuar nos movimentos sociais e, em específico, no Movimento de Moradia da Mooca, como elemento promotor da emancipação e democracia e contribuindo assim para o desenvolvimento e transmissão da mobilização civil.

Nesse rumo, apresentamos no primeiro capítulo a teorização em torno dos movimentos sociais, em uma perspectiva geral, desde a abordagem clássica até as teorias atuais; assim como no capítulo seguinte, trazemos as matrizes discursivas que referenciaram os novos movimentos sociais no Brasil. O terceiro e quarto capítulos abordam, nesta ordem, a trajetória do Movimento de Moradia da Mooca e as atividades de formação política e cultural presentes em sua constituição. A seguir, introduzimos a comunicação e as relações públicas comunitárias, em oposição à abordagem dominante da área. Já no sexto e sétimo capítulos, respectivamente, descrevemos a pesquisa de campo e discutimos os resultados obtidos. Por fim, desenvolvemos nossas considerações finais, conjugando teoria e pesquisa de campo, para defender a inserção das relações públicas comunitárias no contexto dos movimentos sociais.

## **1. Movimentos sociais: panorama teórico**

O Movimento de Moradia da Mooca surgiu em 1979, em um contexto caracterizado por diversas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, que influenciaram assim sua constituição. Durante sua trajetória de quase quarenta anos, vivenciou o deslocamento dos movimentos sociais para uma posição central no

processo político, com a emergência de novas formas organizativas (CASTELLS, 1979, 1999 apud HENRIQUES, 2007), em um novo paradigma de ação social (MELUCCI, 1996 apud HENRIQUES, 2007). Essa constante ressignificação dos movimentos sociais delimitou suas correntes interpretativas, que divergem quanto ao enfoque atribuído à sua análise. Sendo assim, neste capítulo inicial, apresentamos uma breve revisão teórica e definimos a abordagem que fundamenta nosso trabalho e direciona nosso olhar sobre o objeto-sujeito de estudo, a fim de estabelecermos as relações pretendidas adiante.

A definição do termo movimento social é problemática, uma vez que varia muito, de acordo com os paradigmas teórico-metodológicos adotados (GOHN, 2012); porém, podemos estabelecer um parâmetro mínimo para sua conceituação. Movimento social constitui-se como a organização de uma coletividade de pessoas, com um mesmo objetivo, que age de forma orientada para uma mudança (MUNCK, 1997). Trata-se de uma organização civil, com estrutura própria, distinta da existente nas instituições privadas, que se regem pelo capital ou nas públicas (governamentais), altamente burocráticas e hierarquizadas<sup>3</sup>. Assim, embora contenham funções específicas e mesmo, um corpo diretivo e decisório – as lideranças, os movimentos sociais não se determinam pela hierarquia tradicional.

O movimento social constrói-se em torno de uma temática, um ideal, que pode variar amplamente, indo de questões muito específicas, de grupos particulares a questões mais gerais (MUTZEMBERG, 2012). Tais temáticas acompanham as transformações sociais e os conflitos inerentes. Na sociedade industrial, por exemplo, predominavam as reivindicações relacionadas ao trabalho e aos direitos sociais – saúde, moradia etc.<sup>4</sup>; enquanto hoje, na chamada sociedade pós-moderna<sup>5</sup>, em que a identidade de classe é muito fragmentada, as demandas cercam a questão cultural e identitária e os direitos civis – de liberdade e igualdade (ALONSO, 2009). Diante das reivindicações heterogêneas, torna-se complexo agrupar tantas organizações civis sob um único guarda-chuva. No decorrer da história, as teorias definiram-se e

---

<sup>3</sup> Segundo Weber (1979), as organizações públicas e legais são regidas pela burocracia moderna – por áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas por regulamentos, leis e normas administrativas. As atividades regulares, necessárias ao governo, são distribuídas de forma fixa, como deveres oficiais, que são ordenados por uma autoridade estável e rigorosamente delimitada. A realização regular e contínua desses deveres e a execução dos direitos correspondentes ocorre por meio de medidas metódicas.

<sup>4</sup> "A sociedade industrial teria por fulcro a indústria e o trabalho industrial e nela vigeria a divisão entre o plano da produção, regido pela técnica, e o da reprodução, o reino da cultura. Os conflitos produtivos predominariam e os atores das mobilizações seriam os trabalhadores industriais. Isto é, o movimento operário [...]" (ALONSO, 2009, p. 59)

<sup>5</sup> Há muito dissenso quanto à origem da sociedade pós-moderna e mesmo, quanto à sua definição. Contudo, adotamos aqui a concepção de Harvey (2007), que coloca o ano de 1973 como marco inicial de um período de rápida mudança, fluidez e incerteza, que pode se definir como capitalismo flexível.

distinguiram-se, a partir do olhar específico que lançaram aos movimentos sociais e das variáveis que enfocaram e estudaram.

A abordagem clássica, que vigorou entre 1930 e 1960, respondeu às transformações sociais da época<sup>6</sup>, compreendendo os movimentos como uma reação irracional dos indivíduos, em uma perspectiva de desmobilização política (ALONSO, 2009; GOHN, 2012); utilizando portanto a cultura para explicar os movimentos sociais, de forma pessimista e secundária, em que sua ação seria oposta à racionalidade.

Já nos anos 1970, três teorias surgiram para analisar os chamados novos movimentos sociais, que passaram a se organizar em torno das pautas étnica, ambiental e de gênero – a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP), oriundas da “família teórica” (ALONSO, 2009) ou “paradigma” (GOHN, 2012) norte-americano; e as Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) no cenário europeu.

A TMR apresenta uma visão racional e econômica dos movimentos, abordando-os como empresas e enfocando sua institucionalização e burocratização (ALONSO, 2009). Seus principais representantes, McCarthy e Zald, descrevem as mobilizações coletivas, a partir de sua dependência em relação aos recursos materiais e humanos e à organização entre os indivíduos (ALONSO, 2009). Assim, o principal determinante do desempenho e longevidade do movimento é sua capacidade e poder, para disputar os recursos com outros movimentos, no mercado de bens políticos. Dessa forma, a TMR atribui pouca importância à subjetividade, à cultura e à formação identitária do movimento social, considerando seus integrantes como peças que, ao se encaixarem, formam a organização. Não há, assim, a problematização desse “encaixe”, uma vez que a teoria não se preocupa com o processo de constituição do movimento, mas sim sua lógica posterior, para cumprimento de seus objetivos.

Nesse sentido, a TMR cabe ao nosso estudo, à medida que nos permite analisar a organização do movimento, sua burocratização, seu acesso aos recursos; em suma, sua operacionalização. Contudo, apresenta limites, pois analisa somente esses fatores instrumentais e estratégicos, desconsiderando que a união, identificação e mobilização dos sujeitos – para a formação do movimento social – não se restringe a um processo racional e concreto, sem divergências e choques no campo imaterial. Sader discorre sobre esse aspecto:

---

<sup>6</sup> O período foi marcado pelas experiências totalitárias e pela emergência da sociedade de consumo em massa.

Quando falamos da identidade de um movimento social, estamos nos referindo a uma identidade polêmica, produzida no tempo através de ações muitas vezes contraditórias, com significados ambíguos, muitas vezes desfeita e refeita através de atos que estabelecem novas vias de continuidade e levam a reinterpretções do passado. (SADER, 1988, p. 228)

Já a TPP – cujos principais representantes são C. Tilly, S. Tarrow e McAdam – introduz principalmente a questão da política, em um contexto macroestrutural (ALONSO, 2009; GOHN, 2012). S. Tarrow (1998) apresenta o conceito de “Estrutura de Oportunidades Políticas” (EOP), que se define pelas oportunidades oferecidas – geralmente pelo Estado – aos movimentos sociais, no ambiente político formal e informal (ALONSO, 2009; GOHN, 2012). Tais oportunidades consistem, por exemplo, em abertura às reivindicações, diminuição da repressão aos protestos, presença de representantes das organizações civis no poder público etc. (KRIESI, 1995 apud ALONSO, 2009).

Por sua vez, C. Tilly (1978) conceitua a noção de repertório – conjunto limitado de ações, meios e rotinas; aprendido, compartilhado e praticado; por meio do qual, os atores fazem e recebem reivindicações em relação um ao outro. O repertório possui um caráter vazado, sendo significado pelo ator, que pode lhe atribuir o sentido, tanto de contestação, quanto de reiteração da ordem. Isso faz com que ele não se restrinja a um grupo, mas a uma estrutura de conflito, podendo ser partilhado, inclusive, por atores opostos. Os movimentos sociais possuem um repertório amplo, que vai do bloqueio de ruas ao uso das novas mídias (MUTZEMBERG, 2012), passando por negociação, participação institucional e outros meios. Neste ponto, a questão da cultura começa a emergir na TPP, uma vez que o repertório é definido e escolhido pelo movimento, de acordo com o significado que se busca transmitir aos demais atores, naquela estrutura de conflito.

A cultura também aparece na abordagem de S. Tarrow, segundo a qual as lutas dos movimentos sociais são motivadas, não apenas por recursos, mas também por significados (GOHN, 2012). Essa disputa – tanto interna, quanto em relação aos oponentes – constrói processualmente a cultura política e forma a mobilização social; porém, não necessariamente promove a solidariedade entre os sujeitos. Dessa forma, ao não focar a formação da identidade coletiva, S. Tarrow apresenta uma visão de cultura política operacional e não, resultado de processos históricos (GOHN, 2012).

Nesse rumo, a questão cultural só ganha destaque nas Teorias dos Novos Movimentos Sociais, cujos principais representantes são A. Touraine, J. Habermas e A. Melucci. Para eles, o capitalismo sofreu transformações no século XX, dando origem ao “capitalismo tardio” (HABERMAS) ou à sociedade “pós-industrial”

(TOURAINÉ; MELUCCI)<sup>7</sup>. Nesse novo padrão de sociedade, as relações de dominação tornam-se sobretudo culturais – em virtude do controle da informação pela ciência e tecnocracia; transformando portanto os conflitos sociais e as mobilizações coletivas, que deixam de centrar-se apenas na classe social (fator econômico) e passam a incluir os grupos sociais, marginalizados pelos padrões de normalidade sociocultural (ALONSO, 2009). Assim, surgem os movimentos feministas, ambientalistas, estudantis, pacifistas etc., cujas reivindicações “pós-materialistas” buscam principalmente a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas e novos valores.

Esse processo de construção da identidade coletiva assume destaque na abordagem de A. Melucci (1988), segundo a qual, o engajamento dos indivíduos na ação política coletiva é processual, construindo-se “[...] à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões” (apud ALONSO, 2009, p. 65). É claro que o teórico não nega a importância da macroestrutura de “oportunidades e constrangimentos”, que interfere na formação e desenvolvimento da organização civil; porém, defende que essa estrutura tem objetividade relativa, uma vez que é mediada pela percepção dos atores. Para A. Melucci, os movimentos sociais são uma forma de ação coletiva, com três dimensões:

A identidade coletiva [que] seria produzida a partir da definição de um “framework cognitivo” acerca dos fins, meios e campos de ação; a ativação prática de relações entre atores (interação, comunicação, influência, negociação, tomada de decisão) e o investimento emocional, que os leva a se reconhecerem como membros de um grupo. (apud ALONSO, 2009, p. 66)

Dessa forma, a abordagem de A. Melucci é interessante à nossa pesquisa por focar o processo de constituição da identidade coletiva, fator primordial para a permanência e desenvolvimento do movimento social, uma vez que a partilha de experiências comuns possibilita a esse grupo buscar seus propósitos e objetivos e afirmar seu lugar na sociedade. Analisa-se como os membros da organização sentem-se parte do todo e agem como tal, como representantes dessa coletividade, que se

---

<sup>7</sup> Outros termos também são utilizados para referência a esse contexto, de acordo com os interesses e a formação intelectual de cada teórico: “[...] revolução das tecnologias da informação (Castells, 2000), pós-modernidade ou pós-modernismo (Lyotard, 1979; Vattimo, 1985; Jameson, 1991; Bauman, 1998, 2001; Harvey, 1989; Eagleton, 1996), modernidade líquida (Bauman, 2001), capitalismo flexível (Sennett, 1998; [Harvey, 1989]; Bauman, 2001) etc.” (COSTA, 2004, p. 83).

torna, por vezes, extensão deles próprios e lugar onde canalizam e fortalecem seus anseios e lutas.

As TNMS tiveram expressiva influência nos estudos das mobilizações no Brasil, a partir dos anos 1980 (GOHN, 2012), contexto em que surge nosso objeto-sujeito de análise. A corrente interpretativa foi fundamental para se compreender os denominados “novos movimentos sociais” que, desde a década anterior, despontavam no país, levantando as pautas ambientalista, étnica, de gênero, moradia, saúde etc. A unidade dessas reivindicações heterogêneas – materiais e pós-materiais – constituía a luta pela redemocratização, expressa no movimento Diretas Já e na Constituição Federal de 1988. A partir de então, há a (re)organização dos movimentos sociais, a revitalização do sindicalismo, a formação de ONGs, em um cenário de retomada das liberdades civis, fortemente reprimidas na Ditadura Militar (1964-1985) (DAGNINO, 2004; MUTZEMBERG, 2012). Dentre essa proliferação de expressões civis e populares, forma-se o Movimento dos Quintais e Cortiços da Mooca, datado de 1979.

Nas décadas seguintes, a sociedade brasileira efetivou, simultaneamente, as políticas econômicas neoliberais e o modelo da democracia participativa. Assim, nos anos 1990, os movimentos sociais foram institucionalizados, levados para dentro do sistema político, participando da construção das políticas sociais (DAGNINO, 2004). Dessa forma, o movimento “nas ruas”, o nível reivindicatório, de oposição ao Estado, deu lugar à inserção em diversas formas de conselhos participativos, instituídos pela “Constituição Cidadã”.

Esse nível operacional-propositivo demandou dos movimentos sociais novas habilidades no desempenho de ações de planejamento, implantação e fiscalização de políticas públicas. Sua institucionalização tornou a relação com o Estado mais complexa e ambígua, mais intrincada, uma vez que suas lideranças entraram para o governo, em diferentes níveis (MUTZEMBERG, 2012). Assim, a base passou a atuar em duas direções – manifestando apoio aos representantes ou resistindo, protestando e pressionando o cumprimento das demandas preteridas (POLETTI, 2009 apud MUTZEMBERG, 2012).

Nesse sentido, diante das amplas possibilidades de atuação dos movimentos sociais, as décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por sua fragmentação, decorrente das divergências quanto a posicionamento, valores, objetivos, repertório etc. Mas se por um lado, a mobilização civil contemporânea parece fragmentada, devido aos diversos movimentos e projetos em torno de uma mesma causa; por outro, a união de esforços é estratégica, potencializando as ações e a influência sobre as esferas políticas formais (HENRIQUES, 2007). Abordando a luta por moradia em São Paulo, Tatagiba (2012) coloca que as disputas simbólicas internas não têm impedido o

movimento de agir e apresentar-se como ator coletivo, que compartilha uma pauta política comum.

Em consequência dessa reorganização e em um cenário de globalização e de conformação das redes de ativismo (CASTELLS, 2012), o período também foi marcado pelo surgimento das instâncias articuladoras, nos mais diversos níveis.

[...] os movimentos buscam conectar e articular suas ações com as de outros movimentos, não somente aqueles que lutam pelo mesmo objetivo imediato, mas aqueles com os quais podem manter alguma identidade comum por meio dos valores e de objetivos mais amplos (como justiça social). (HENRIQUES, 2007, p. 97)

Diante da heterogeneidade de correntes teóricas que abordam os movimentos sociais, destacamos as TNMS para fundamentar nosso trabalho, uma vez que a cultura é fator fundamental para formação e desenvolvimento de uma mobilização civil, posto que constitui a mediação entre a demanda econômica material (TMR) e a ação política (TPP). Em nossa visão, ratificada pela pesquisa de campo, o movimento social é um sujeito coletivo, cujos membros – dotados de cultura e identidade próprias e em interação com a cultura e identidade dos demais – partilham experiências comuns, atribuindo assim significado à sua união e ação e transmitindo-no ao ambiente externo, aos que já se constituem como “outros”, buscando reconhecimento e legitimação de sua identidade.

É evidente que não descartamos as contribuições da TMR, que nos permite compreender o processo organizativo do movimento e sua reivindicação material; assim como as contribuições da TPP, imprescindível para analisarmos as influências macroestruturais e as relações externas do movimento – com o Estado, partidos, demais organizações civis, instituições articuladoras etc. Posteriormente, descrevemos como os conceitos de EOP e repertório estão ligados ao Movimento de Moradia da Mooca, no que tange à relação com os governos – de direita e esquerda; à participação institucional; e à escolha e significação das formas de ação, principalmente, a ocupação – um dos meios mais emblemáticos entre os movimentos de moradia.

Ainda que fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais, os conceitos da TPP influenciam-lhes de forma distinta, o que nos indica a importância dos fatores ligados à cultura e identidade no desenvolvimento e permanência da mobilização civil. Na medida em que o movimento social transforma-se pela estrutura política externa, buscamos a questão identitária para responder como esse sujeito

comum é constituído, como reage à interferência da EOP, desenvolvendo-se e transmitindo-se, frente às mudanças sociais.

A complexa configuração e relação dos movimentos de moradia de São Paulo – que se aglutinam e desmembram frequentemente<sup>8</sup> – mostra-nos como cultura e identidade são fundamentais na trajetória de uma ação coletiva. Assim, enfocando as relações que se dão no interior do movimento, nosso trabalho fundamenta-se principalmente nas TNMS – sem contudo reduzir-se ao culturalismo; a fim de compreender a trajetória e a realidade do Movimento de Moradia da Mooca, evidenciando principalmente os significados presentes e de que forma eles contribuem para a transmissão do movimento.

## **2. As matrizes discursivas dos novos movimentos sociais no Brasil**

O Movimento de Moradia da Mooca originou-se no contexto de emergência dos novos movimentos sociais – anos 1970 e 1980; em que as TNMS prevaleciam em sua análise, enquanto no cenário brasileiro, três matrizes discursivas específicas ganharam espaço entre as organizações populares e influenciaram a mobilização civil. Assim, no presente capítulo, retomando o trabalho pioneiro de E. Sader (1988), abordamos resumidamente tais referências, relacionando-as com nosso objeto-sujeito de estudo.

Essas novas matrizes discursivas surgiram na década de 1970 e contestando o discurso dominante, levaram os movimentos sociais a modificar sua atribuição de significado à realidade. Nasceram de três instituições que, em crises distintas, passaram a visar o povo.

Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de “novas formas de integração com os trabalhadores”. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um “novo sindicalismo”. (SADER, 1988, p. 144)

As três matrizes possuem consistências argumentativas muito distintas – a matriz católica, da teologia da libertação, apoia-se em uma instituição consolidada, utilizando-se do reconhecimento imediato gerado pela religião; já a matriz marxista possui uma teorização consistente acerca da luta contra o capitalismo; enquanto a matriz sindicalista beneficia-se do seu lugar institucional – de gestão dos conflitos

---

<sup>8</sup> O movimento de moradia consiste em um ator complexo, plural e heterogêneo, “[...] tanto no que se refere aos diversos grupos que compõem o movimento, como ao caráter dinâmico da conformação das redes e dos trânsitos dos atores entre elas que configuram a trama movimentalista” (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012, p. 423).

trabalhistas. Nesse sentido, as três matrizes poderiam encontrar espaço em uma mesma organização civil, posto que detêm bases de legitimação diferentes, que muitas vezes não se contrapõem, sendo até convergentes – aspecto que aprofundamos adiante.

A matriz discursiva católica surge de uma reestruturação da Igreja, necessária diante de sua perda de influência entre as camadas populares (SADER, 1988). Em oposição à ordem vigente, a nova Igreja denuncia, não só o Regime Militar (1964-1985), como também as estruturas sociais – de desigualdade, exploração e miséria. Assume portanto a estratégia da libertação e deixa para trás a da caridade – abandona o sentido de que os pobres pedem favores e adota a noção de que reivindicam seus direitos, como sujeitos de sua própria libertação. Assim, contrária ao conformismo e promovendo o engajamento, a estratégia da “libertação” opera pelo “[...] ‘despertar das consciências’ e o desencadear de práticas através das quais cada pequena coletividade se sinta ‘sujeito de sua própria história’.” (SADER, 1988, p. 165). Nesse rumo, o novo referencial da Igreja converge com o propósito dos movimentos sociais, que buscam a ação coletiva, por meio da participação política ativa de todos seus integrantes.

Diante desse cenário de transformação da Igreja, começaram a surgir, no início da década de 1970, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que tiveram apoio fundamental da instituição – não só com recursos humanos e organizativos, mas também com a legitimação teológica dos interesses terrenos de seus membros, o que tornou sua luta legítima e aceita pela sociedade (SADER, 1988). Conforme veremos adiante, embora não se configure como CEB e sim como movimento social, o Movimento de Moradia da Mooca contou, em sua formação, com o suporte parcial da Igreja São Rafael, no que tange a recursos e espaço para sua organização. Outro aspecto presente, tanto na matriz religiosa, quanto no movimento, é a educação popular – nos anos 1970, a Igreja, juntamente com estudantes e militantes da esquerda, desenvolveu projetos de alfabetização segundo os métodos Paulo Freire; da mesma forma, a ATRM tinha como uma de suas vias formativas a alfabetização de adultos, realizada pelos próprios militantes. Dessa forma, não podemos descartar a influência – ainda que parcial – da matriz religiosa ao movimento, devido principalmente à utilização do espaço da Igreja São Rafael e conseqüentemente, ao contato direto com as referências dessa instituição.

Por sua vez, a crise que assolou a esquerda brasileira decorreu de um conflito identitário, que questionou os propósitos da “esquerda revolucionária”, vigente desde a

década anterior (1960)<sup>9</sup>. A reestruturação da entidade deu-se com os militantes – individualmente ou em grupos – desprendendo-se dela e de suas referências totalizadoras e passando a apoiar as formas elementares de união do movimento operário e de organização popular nos bairros. Dessa forma, a esquerda foi desmembrando-se em diversos grupos<sup>10</sup>, definindo sua identidade por meio de questões como o caráter da revolução, o papel das classes nesse processo, os rumos para a construção do partido revolucionário etc.

Esses novos grupos – assim como a Igreja – adotaram a educação popular como paradigma, a fim de estabelecer seu elo com as massas. Buscando referência em Paulo Freire, promoviam a elaboração crítica e coletiva das experiências individuais e sociais dos educandos e trabalhavam temas marxistas, como “[...] os que falavam do funcionamento do capitalismo, da exploração da classe operária, das suas formas de luta, das experiências da sua história [...]” (SADER, 1988, p. 177).

Desse modo, a matriz discursiva marxista teve influência direta sobre o Movimento de Moradia da Mooca, uma vez que atuou, quase que simultaneamente, com o movimento operário, organizado em torno da OSM e portanto, da ATRM. Neste ponto, cabe-nos ressaltar a tênue fronteira que se delineia entre as três matrizes discursivas, posto que suas ações davam-se muitas vezes de forma conjunta<sup>11</sup>; além de que suas lideranças relacionavam-se e até transitavam entre as instituições.

A terceira matriz, do novo sindicalismo, também possui papel relevante para nosso estudo, uma vez que o Movimento de Moradia da Mooca nasceu a partir da OSM e esta dividiu espaço com a nova corrente sindicalista, em um momento de profundo desgaste do sindicato vigente, considerado cupulista – o denominado sindicato pelego. Ambas as instituições eram contrárias à estrutura sindical em curso, mas divergiam quanto à forma de direcionar a luta operária, como veremos a seguir.

O novo sindicalismo emergiu do total esvaziamento da função do sindicato, posto que os dirigentes tinham se acomodado à pressão do regime militar e sem a presença de mobilizações nas bases fabris, tornado a instituição um aparelho

---

<sup>9</sup> Para a tendência revolucionária, as ações da esquerda só teriam sentido se abrissem espaço para a ação posterior das massas, o que não ocorreu; originando assim uma verdadeira crise de identidade. O contexto internacional dessa crise é marcado pelo questionamento das estratégias revolucionárias e da teoria marxista e pelo desencantamento das sociedades pós-revolucionárias, em relação ao socialismo real (SADER, 1988).

<sup>10</sup> Tais cisões partidárias provocaram, no início, maior dinamismo político, por isentar os militantes das estruturas burocráticas; porém, com o decorrer do tempo, debilitaram cada novo grupo, com a perda de militantes que não tinham aderido a nenhuma organização (SADER, 1988).

<sup>11</sup> Muitos militantes da esquerda ligaram-se à Igreja, encontrando nas pastorais católicas um lugar público para as experiências populares e para o desenvolvimento de suas atividades políticas. Preencheram, dessa forma, a lacuna teórica do discurso religioso, que não englobava as lutas de classe e as condições da sociedade capitalista (SADER, 1988).

burocrático, com funções apenas assistenciais; perdendo assim a confiança dos trabalhadores e sua representatividade (SADER, 1988). Nesse contexto:

[...] direções sindicais absorveram a inquietação das bases e operaram uma 'transformação de dentro' na prática sindical (como em São Bernardo). Aí tivemos a emergência de uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos 70, que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como 'sindicalismo autêntico' ou 'novo sindicalismo'. (SADER, 1988, p. 180)

Essa nova corrente<sup>12</sup> estimulava e assumia a luta dos trabalhadores, canalizando-as pelo interior do aparelho sindical. Tratava-se portanto de uma margem de atuação estreita, em que se buscava atender às pressões dos trabalhadores e ao mesmo tempo, manter o respeito à legalidade, não se opor ao regime, estabelecendo inclusive a interlocução com o governo<sup>13</sup>. Essa suposta relação de cumplicidade, contudo, vai se perdendo com o decorrer do tempo, diante do apoio governamental às empresas, no rechaçamento das propostas sindicais (SADER, 1988).

Dessa forma, a distância entre as instituições cresce cada vez mais e a fala conciliativa vai, progressivamente, assumindo o caráter de contestação. O discurso torna-se um diagnóstico social, que visa incentivar ações destinadas à inversão deste quadro "triste e inaceitável" (SADER, 1988, p. 184-185). Faz isso, atribuindo às reivindicações um sentido profundo, que excede o âmbito do trabalho, defendendo a luta como uma questão de honra, em que o atendimento de suas demandas, por parte do governo, expressa o reconhecimento da dignidade dos trabalhadores (SADER, 1988). Apesar desse distanciamento crescente em relação ao governo e assim à estrutura sindical vigente, o novo sindicalismo não visa a derrubada da ordem, fim por exemplo da Oposição Sindical Metalúrgica.

A OSM surgiu em 1967-1968, em um cenário de contestações radicais que incluía o protesto operário e trazia como propósito o combate à estrutura sindical e a defesa da organização autônoma da base operária, por meio das Comissões de Fábrica e dos Grupos de Fábrica. A instituição constituiu-se a partir de diversas correntes, como espaço de acordo e articulação entre grupos católicos, de dissidentes comunistas, de esquerda, de figuras individualmente influentes e de sindicalistas que

---

<sup>12</sup> O novo sindicalismo emergiu, de forma mais expressiva, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em que a corrente levantada por Luiz Inácio Lula da Silva teve grande influência (SADER, 1988).

<sup>13</sup> Essa condição de institucionalidade estatal colocava a matriz discursiva do novo sindicalismo em um paradigma muito distinto da matriz marxista. A esquerda atuava obrigatoriamente na clandestinidade, o que situava os grupos em risco, mas possibilitava um discurso livre de repressões. Já a cumplicidade entre sindicalistas e governo legitimava a luta do sindicato, mas impunha sérios limites às suas falas e movimentos (SADER, 1988).

havam se desentendido com a diretoria. Apesar dessa heterogeneidade, a esquerda tornou-se mais influente, devido às suas experiências clandestinas, necessárias à oposição sindical (SADER, 1988); contudo, não conseguiu alcançar seu propósito de subordinar as lutas locais à sua luta global revolucionária.

Não só a matriz marxista influenciou a OSM, como também a religiosa. Fortemente reprimida pelo regime militar, que fornecia suporte ao patronato, a oposição teve toda a sua coordenação e mais de setenta militantes presos em 1974. Nesse cenário, a instituição desarticulou-se e perdeu sua identidade, dependendo dos espaços e atividades realizadas pela Pastoral Operária para sobreviver (SADER, 1988). Apesar disso, paradoxalmente, a mobilização nas fábricas cresceu e se fortaleceu, o que ressignificou as pequenas reivindicações, que deixaram o sentido da “luta por migalhas” (SADER, 1988) e assumiram a forma de constituição da identidade de classe, dos sujeitos políticos e de um movimento abrangente e coletivo.

As greves que se seguiram (1978-79) tornaram-se um marco importante para o movimento operário, fortalecendo seu potencial de luta contra as empresas e o sindicato. As comissões formadas no bojo dessas greves eram, por um lado, mais representativas; mas por outro, menos políticas – uma vez que seu objetivo imediato era o reajuste salarial (SADER, 1988). Aqui, notamos um ponto de encontro entre a oposição sindical e o Movimento de Moradia da Mooca – a tensão entre formação política e instrumentalização. Como veremos adiante, a visão instrumental e imediatista, de conquista da demanda material – a moradia, desacompanhada da consciência de classe, coloca-se por vezes como empecilho para a construção do repertório político dentro da mobilização social; uma vez que não se compreende a atuação do movimento como uma luta abrangente, que se estende para além da demanda principal.

O sucesso da luta operária no final da década de 1970 não durou por muito tempo, na medida em que seus militantes foram majoritariamente demitidos. Assim, processualmente, a oposição rearticulou-se e deixou de assumir as lutas fabris e suas comissões autônomas, como processos políticos valorizados por si mesmos. É claro que defendia a organização nas fábricas como base para legitimação do sindicato, porém a incidência na estrutura institucional passou a ser seu objetivo central (SADER, 1988).

Conforme pontuado nos exemplos, as três matrizes discursivas mesclaram-se, inclusive na prática, por meio da atuação conjunta de seus militantes com as massas, dados seus pontos de convergência, como a valorização da educação popular. Apesar disso, cada movimento social atribuiu ênfase específica aos aspectos dessas matrizes, de acordo com suas características e objetivos. Os movimentos constituídos por

trabalhadores qualificados basearam sua luta em sua importância para o processo produtivo e assim, para o desenvolvimento do país, reivindicando contra a falta de reciprocidade, expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho e vida. Já os movimentos formados por trabalhadores sem qualificação, donas de casa, favelados etc., cientes da ausência de potencial produtivo para pressão social, apoiaram-se em bases comunitárias e solidárias, em que a Igreja teve papel fundamental, ao fornecer uma estrutura de proteção e um discurso adequado.

A ATRM<sup>14</sup> sintetizou essas duas formas de organização e luta social, uma vez que buscou se estender para além da classe metalúrgica e abranger todos os trabalhadores e moradores do bairro; portanto, um conjunto heterogêneo de sujeitos, no que tange a formação e repertório políticos. Sua constituição apoiou-se tanto no repertório da qualificação profissional – com os militantes da OSM promovendo cursos profissionalizantes, que buscavam, por meio da troca de experiências, capacitar os indivíduos para o enfrentamento da realidade e a luta social; quanto no repertório da Igreja, com a utilização de seu espaço, o embasamento inicial em suas pesquisas sobre a realidade do bairro e o apoio de seus membros – as freiras, por exemplo, participavam das reuniões iniciais do movimento.

Apesar das influências distintas, a ATRM e o Movimento de Moradia da Mooca – assim como as organizações civis que se basearam nessas novas matrizes de contestação – traziam a referência humanista e de solidariedade, contrapondo-se às lógicas sociais vigentes – as estruturas impessoais, os objetivos abstratos, “[...] a racionalidade tecnocrática e o individualismo burguês dos discursos dominantes” (SADER, 1988, p. 194).

### **3. Movimento de Moradia da Mooca**

O Movimento de Moradia da Mooca surgiu em um cenário de intensas transformações políticas, econômicas, sociais, urbanas e culturais, que condicionaram sua formação. Portanto, a fim de compreendê-lo, retomamos brevemente a trajetória do município de São Paulo e de sua região central, desde a década de 1940, data de intensificação de sua modernização urbano-industrial.

O período entre 1940 e 1960 marcou-se pela industrialização pesada e urbanização – do ponto de vista demográfico – da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), fenômenos em que a queda na mortalidade, a alta fecundidade e o fluxo

---

<sup>14</sup> A ATRM nasceu da necessidade da oposição sindical organizar-se fora do espaço limitado da Igreja, do espaço controlado do sindicato e do espaço vigiado pelas empresas.

migratório intenso, do campo para a cidade, tiveram grande influência.<sup>15</sup> Essa industrialização gerou um processo social contraditório – por um lado, o trabalho nas indústrias possibilitou o ingresso, diferenciado e progressivo, das classes populares na aquisição de bens valorizados socialmente e sua aproximação aos padrões da classe média; além de provocar uma valorização da casa própria, como principal bem de consumo coletivo/familiar (SADER, 1988)<sup>16</sup>.

Por outro lado, a valorização dos lotes urbanos, a ausência de políticas públicas para habitação dessa população na área central de São Paulo<sup>17</sup> e o encarecimento dos meios de transporte trouxeram sérias implicações à ocupação socioespacial da região, com a proliferação de favelas e cortiços. Em suma, os atrativos para residência no centro sobrepuseram-se às “[...] condições precárias de habitação, permanência e violência” (MIAGUSKO, 2012, p. 180).

A região do bairro da Mooca – em que se situa nosso objeto-sujeito de estudo – apresenta-se como expoente desse cenário de transformações, pois constitui um dos primeiros núcleos industriais de São Paulo e o primeiro da região Leste<sup>18</sup>. Localiza-se no chamado “centro expandido”, região adjacente ao centro antigo que, diante da expansão da cidade, foi incorporada por ele e ganhou uma nova significação e valorização. Esse fenômeno impactou, física e simbolicamente, a configuração do bairro, com a “expulsão” das classes operárias para a periferia, dando lugar à classe média. Tal processo intensificou-se a partir dos anos 1980, com a desindustrialização da área, o deslocamento das indústrias de ponta e a mão-de-obra qualificada para a zona Sul, o esvaziamento populacional<sup>19</sup> e a precarização da força de trabalho remanescente (GRAZIA, 2017). Dessa forma, a região central tornou-se lugar contraditório, dessa disputa silenciosa entre pobreza e riqueza (MIAGUSKO, 2012);

---

<sup>15</sup> Esses fenômenos apresentaram-se de forma tão intensa que, na década de 1980, a RMSP detinha metade da população do estado (BAENINGER, 2011).

<sup>16</sup> “[...] sobretudo a partir dos anos 1940, a construção e melhoria da casa própria e a aquisição de todos os equipamentos eletrodomésticos imagináveis para fazê-la confortável eram não apenas seu [da classe trabalhadora] projeto principal de consumo, como quase o único” (CALDEIRA, 2014, p. 16).

<sup>17</sup> “As periferias paulistanas foram basicamente urbanizadas por seus moradores, trabalhadores que optaram por viver no meio do mato para realizar o sonho da casa própria e fugir do aluguel” (CALDEIRA, 2014, p. 16).

<sup>18</sup> O núcleo começou a se formar em 1890 e em 1970, detinha cerca de 1600 indústrias e empregava mais de cem mil trabalhadores (FASE-SP, 1981 apud GRAZIA, 2017).

<sup>19</sup> Entre 1980 e 2000, a área central de São Paulo perdeu cerca de 30% de sua população, o que resultou na grande quantidade de imóveis vazios. Essa taxa de desocupação contrasta com a infraestrutura, as redes de serviços e a proporção de empregos por habitante da região (MIAGUSKO, 2012).

valorizada por sua infraestrutura e degradada pela desconcentração produtiva<sup>20</sup> – com a desativação de inúmeras indústrias – e pelas habitações irregulares.

“[A Mooca] era um típico bairro dormitório... Tinha muitos cortiços, muita gente pobre, miserável que trabalhava naquelas fábricas de lá, nas profissões mais desqualificadas [...]” (Vito Giannotti, OSM/ATRM, set/95 apud GRAZIA, 2017, p. 58)<sup>21</sup>. As famílias aglomeravam-se em cômodos minúsculos; enfrentavam filas para utilizar banheiros, pias e tanques comuns; sofriam com a proliferação de animais e doenças; pagavam altos preços e conviviam com o abuso dos locadores e intermediários.

Nesse contexto – final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – caracterizado também pelo processo de redemocratização e pela efervescente mobilização política em torno das lutas de classe, surgiu o Movimento dos Quintais e Cortiços da Mooca<sup>22</sup>, um dos primeiros movimentos de cortiços de São Paulo, que protagonizou a luta por moradia na região central da cidade. Sua formação deu-se no cerne da Associação de Trabalhadores da Região da Mooca que, por sua vez, originou-se da Oposição Sindical Metalúrgica. Segundo Grazia (2017), esta instituição tinha:

[...] clareza política de que a luta operária ia muito além dos problemas imediatos ou da atuação sindical. Conseqüentemente, tornava-se sempre mais clara a necessidade de criar espaços organizativos que possibilitassem a continuidade da luta de classe articulada em conjunto com outras categorias. Nascia, assim, o projeto de constituir Associações de Trabalhadores [...] (p. 55-56)

Dessa forma, a ATRM constituiu-se em 1979, utilizando como sede o espaço onde funcionava o núcleo regional da OSM e buscando independência em relação aos atores envolvidos – patrões, sindicatos, partidos e até mesmo a igreja, que exercia grande papel nas causas sociais da região<sup>23</sup>. Seu objetivo era reunir, não só os trabalhadores de diversas categorias, mas também os moradores da Mooca, a fim de estender suas ações para lutas maiores, que abarcassem as condições decorrentes

<sup>20</sup> Sobre a desconcentração produtiva de São Paulo, ver TORRES, H. G. **Afinal, a desconcentração produtiva é ou não relevante? A cidade de São Paulo no olho do furacão**. 2012.

<sup>21</sup> As falas citadas por Grazia foram obtidas por meio de entrevistas, com militantes que tiveram participação ativa na Oposição Sindical Metalúrgica e nas Associações de Trabalhadores; e constam em GRAZIA, G. **Da organização pela base à institucionalização – Associações de Trabalhadores: o resgate de uma experiência classista dos anos 1970/80**. Rio de Janeiro: NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação, 2017.

<sup>22</sup> O nome do movimento alterou-se, durante sua trajetória e hoje é Movimento de Moradia da Mooca.

<sup>23</sup> “Porque até aquela época, todo funcionamento da Oposição era... a infraestrutura dela era tudo em função da Igreja: os locais pra rodar um material dependia muito da Igreja, até em termos de dinheiro” (Franco Farinazo, um dos fundadores da ATRI, OSM Sudeste, nov/1999 apud GRAZIA, 2017, p. 58).

da relação conflituosa entre desenvolvimento econômico/industrial e ocupação socioespacial.

Nesse espaço de atuação da ATRM, surgiu o Movimento dos Quintais e Cortiços da Mooca, datado também de 1979<sup>24</sup>. Assim como para as organizações precedentes, a igreja – no caso, a Igreja São Rafael – teve papel importante no início do movimento, uma vez que sua pesquisa encomendada, sobre as condições do bairro, realizada no mesmo ano<sup>25</sup>, fundamentou as primeiras mobilizações por moradia. Em seguida, o próprio grupo que se formava – por membros da OSM e moradores dos cortiços – realizou uma segunda pesquisa, enfocando as condições das famílias que residiam nessas habitações precárias. Nas visitas aos cortiços e quintais, o grupo entregava panfletos, apresentando seu propósito e convidando as famílias às reuniões, que ocorriam nos próprios cortiços e na sede da ATRM. Esse processo de mobilização dos moradores teve grande influência da desconcentração produtiva que ocorria no bairro.

As fábricas foram diminuindo, as fábricas foram saindo daqui [...] e aí essas pessoas foram ficando desempregadas e assim, a associação meio que aproveitou também, começou a juntar o pessoal e aproveitou dessa coisa de desemprego também. Porque se as pessoas têm a sua moradia ou têm um preparo pra arrumar outro serviço seria mais fácil pra eles. Foi a partir daí que abriu essa proposta do movimento de moradia. (Edileuza Francisca da Silva, 2016)<sup>26</sup>

Dessa forma, o movimento da Mooca protagonizou a luta por moradia na região central da cidade, transformando um cenário em que os movimentos sociais e as políticas habitacionais localizavam-se na periferia e a população do Centro, principalmente dos cortiços e quintais<sup>27</sup>, não era vista como ator político – “[...] também

---

<sup>24</sup> Devido à emergência da luta por moradia no interior da ATRM, é difícil pontuarmos o momento exato em que se pode distinguir as duas instituições – associação e movimento de moradia, referindo-se a este por si só. Apesar disso, o levantamento bibliográfico e as entrevistas, realizadas na pesquisa de campo, indicam o ano de 1979 como o de formação do movimento.

<sup>25</sup> Os resultados mostraram que os seus moradores eram predominantemente formados por migrantes nordestinos, que exerciam trabalho remunerado e não-qualificado, ganhando menos que dois salários mínimos por mês (NEUHOLD, 2009, p. 40).

<sup>26</sup> As falas de Edileuza Francisca da Silva, uma das fundadoras do movimento, citadas por nós neste trabalho, foram obtidas por meio de entrevistas realizadas – em 2016 – pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Verônica Sales Pereira, para o Projeto de Extensão da FAAC/PROEX “Memória dos Movimentos Sociais: A União dos Moradores dos Quintais da Mooca”. As entrevistas com figuras importantes do movimento foram-nos de extrema importância, para apreensão de sua história e definição das questões atuais a serem investigadas.

<sup>27</sup> Segundo Edileuza Francisca da Silva (2016), os cortiços diferenciam-se dos quintais. Enquanto os primeiros são maiores, chegando a reunir cinquenta famílias, que compartilham tudo – banheiros, tanques e pias; nos quintais, cada família possui seus aparatos. Os quintais

se tinha um certo mito que na população de cortiço não é possível mobilizar” (KOHARA, 2005 apud MIAGUSKO, 2012, p. 187).

O movimento começou a atuar cerca de dez anos antes da expressão e legitimação da luta por moradia nas regiões centrais; e do deslocamento de percepção, ocorrido na década de 1990, em que o Centro passou a ser reconhecido como lugar de diversidade e reivindicações, que ultrapassavam o âmbito da caridade (MIAGUSKO, 2012). Desse modo, a importância do Movimento de Moradia da Mooca está no protagonismo de uma luta, não somente material, mas simbólica; pelo direito à cidade e às possibilidades que ela oferece (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012).

Ninguém queria ir pra fora da Mooca, ninguém queria sair daqui. Porque aqui já tinha tudo [...] A gente pedia as sobras do metrô Brás e Belém, que a gente não conseguiu. A prefeitura não aceitou e depois construíram pra classe média. Eles [a prefeitura] alegavam que estava no centro e os terrenos do centro ficavam caros [...] Eles usaram uma expressão que [...] era filé mignon. (Edileuza Francisca da Silva, 2016)

O movimento iniciou sua reivindicação por outras pautas – que não tangiam diretamente a posse da moradia, mas a luta pela melhoria das condições de vida nos cortiços. Sua primeira atuação visava solucionar um problema que atingia quase todas as famílias dos quintais – a ausência de uma creche pública no bairro e a impossibilidade de se pagar uma creche particular.

Quase todas as mães tinham que trabalhar, porque só o salário do marido era pouco demais. Aí as crianças tinham que ficar trancadas dentro dos quartos, ou então soltas nas ruas o dia inteiro. (Caderno A Luta dos Quintais e Cortiços da Mooca, 1993, p. 11)

Após três anos de muita luta, a creche começou a funcionar, em 1983; conquista que foi muito importante, a fim de preparar o grupo para enfrentar a questão maior da moradia; dar-lhe esperança; construir vínculos entre os integrantes e conscientizar sobre a necessidade de união e organização para a luta (ATRM, 1993)<sup>28</sup>.

A partir disso, a coordenadora Edileuza afirma que foram necessários seis/oito meses de preparação dos integrantes, para os primeiros contatos com a prefeitura, em reivindicação pela moradia própria – que ocorreram em abril de 1984, no governo de Mário Covas (PMDB, 1983-1985). A proposta inicial do Movimento de Moradia da

---

surgiram das vilas operárias, cujas casas foram divididas em cômodos pelos intermediários, para abrigar mais famílias.

<sup>28</sup> Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca. **Caderno A Luta dos Quintais e Cortiços da Mooca**. 1993.

Mooca – a que se chegou por meio do contato com um movimento de Guarulhos, que já praticava essa iniciativa – exigia da prefeitura o terreno<sup>29</sup> e o material, para construção das moradias em mutirão. Apesar do rápido contato com o poder público, as negociações foram extensas<sup>30</sup> e contaram com ocupações<sup>31</sup>, necessárias – segundo Edileuza – pois a prefeitura não dava retorno das reuniões realizadas com o movimento.

Dessa forma, a primeira ocupação ocorreu em maio de 1985, na Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social (FABES) e durou cinco dias de negociações conflituosas, que resultaram na proposta da prefeitura, de duzentos lotes no Jardim São Francisco, periferia leste da cidade (ATRM, 1993). Apesar da promessa inicial, o que se cumpriu foi a disponibilização de 96 lotes no Jardim Ivone<sup>32</sup> (NEUHOLD, 2009), onde se construiu o primeiro projeto do movimento, sob regime de mutirão, com início em julho de 1986 e finalização em fevereiro de 1987 – já no governo de Jânio Quadros (PTB, 1986-1988).

Essa primeira conquista fortaleceu a luta do movimento, que continuou com as atividades na Mooca, enquanto as famílias beneficiadas pelo projeto criaram extensões da organização no bairro de sua nova moradia. “Com a construção das casas no Jd. Ivone, o Movimento teve um grande crescimento. Foi o primeiro resultado concreto da luta por moradia na Mooca. As pessoas começaram a acreditar mais na luta” (ATRM, 1993). Esse fortalecimento deu-se com cada nova conquista, que atraía mais famílias para a mobilização.

Nesse contexto, não só na Mooca, mas em todas as regiões de São Paulo, cresciam as ações de reivindicação por moradia própria. Surgiram grupos em diversos bairros da Zona Leste, que deram origem, em 1987, ao Movimento Sem Terra da Região Leste I, que passou a congregar os movimentos da região e unificar sua luta, distribuindo os recursos conquistados entre eles<sup>33</sup> (ATRM, 1993).

---

<sup>29</sup> Foram indicados terrenos vazios na região da Mooca e do Brás, para a construção das moradias populares (NEUHOLD, 2009).

<sup>30</sup> “Desse dia pra frente começou uma proposta sem fim de reuniões: na Secretaria da Habitação, na Secretaria do Bem Estar Social... e sempre a mesma promessa de ‘estudar’ nossos problemas e nossas propostas. E assim o tempo ia passando [...]” (ATRM, 1993, p. 19)

<sup>31</sup> O Movimento de Moradia da Mooca é um dos primeiros a realizar ocupações na cidade de São Paulo (Edileuza Francisca da Silva, 2016).

<sup>32</sup> O Jardim Ivone localiza-se a cerca de 10Km da Mooca. As primeiras reivindicações do movimento, apesar de visarem a região central, foram direcionadas pelo governo para a periferia; confirmando a dinâmica supracitada, de ocupação socioespacial do município de São Paulo, nessa época.

<sup>33</sup> Silva (2016) explica que o Movimento de Moradia da Mooca associou-se à Leste I, para se tornar um movimento maior – em fevereiro de 1988, já participava de uma ocupação em conjunto com a articuladora. Segundo o Caderno A Luta dos Quintais e Cortiços da Mooca, em 1993, a Leste I reunia 44 grupos e cerca de três mil famílias.

O período que seguiu ao final dos anos 1980 caracterizou-se pela intensificação dos mutirões autogeridos, para atendimento da demanda por moradia. Essa política habitacional marcou a primeira gestão petista do município, de Luiza Erundina (1989-1992), que colocou a pauta da habitação de interesse social como prioridade, contribuindo para a diminuição do déficit habitacional em São Paulo. “Esse momento lança as bases do mutirão, afirmando modelo e concepção, o arranjo institucional, a proposta política do movimento de moradia [...]” (MIAGUSKO, 2012, p. 124).

Já as gestões seguintes, de Paulo Maluf (PSD/PPR/PPB, 1993-1996) e Celso Pitta (PPB, 1997-2000) constituíram um retrocesso à questão da moradia popular, com a interrupção e o questionamento dos programas de mutirão. A pauta só ganhou destaque novamente, no governo de Marta Suplicy (PT, 2001-2004), com a substituição dos mutirões pela regularização fundiária e os programas habitacionais no Centro, no [...] cenário em que partido, governo e movimento se entrelaçam” (MIAGUSKO, 2012, p. 126), com a institucionalização das organizações civis.

Nesse rumo, cabe-nos trazer à tona os conceitos de EOP e repertório, para compreensão do contexto e da atuação do movimento de moradia de São Paulo, uma vez que – como vimos – historicamente, os partidos de esquerda alcançam o poder local e tendem a apresentar uma estrutura de oportunidades mais favorável às causas populares, determinando o repertório das organizações civis, que adotam uma postura de maior comunicação, articulação e interdependência, abandonando a ideia de oposição natural, radical e imutável (TATAGIBA, 2010)<sup>34</sup>.

Diante dessa conjuntura, iniciada nos anos 1980 e caracterizada pela abertura política, a reorganização dos partidos e o surgimento do PT, “[...] quase todas as forças de esquerda foram canalizadas para a atuação partidária. Em consequência, os Movimentos Populares, as lutas de bairro, praticamente se diluíram” (ATRM, 1993, p. 68). Gohn (2005 apud CÉSAR, 2007) discorre sobre esse fenômeno, afirmando que, após o processo constituinte de 1988, muitas lideranças – que fundamentalmente integravam partidos políticos, segmentos progressistas da Igreja Católica e

---

<sup>34</sup> Miagusko (2012) aponta a queda no número de ocupações em São Paulo, durante o governo de Marta Suplicy, no qual o movimento de moradia adotou a estratégia da “trégua política”, em resposta às políticas e programas habitacionais promovidos. Já nas gestões seguintes, de José Serra (PSDB, 2005-2006) e Gilberto Kassab (PFL/DEM, 2006-2008), a quantidade de ocupações permaneceu baixa, mas devido à intensa repressão do governo, com as reintegrações de posse, a paralisação dos programas habitacionais e a adoção de uma política de “higienização” e “limpeza social” (FCV, 2005 apud MIAGUSKO, 2012).

universidades – retornaram para suas instituições de origem<sup>35</sup>; o que demandou dos movimentos a reorientação de suas ações.

Outro fenômeno, decorrido nos anos 1990, influenciou de forma direta a trajetória do movimento de moradia de São Paulo e, assim, do Movimento de Moradia da Mooca – a difusão das entidades articuladoras. Em 1991, constituiu-se juridicamente a Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM), reconhecida como primeiro esforço de estruturação organizacional do movimento de moradia (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012) e “[...] primeira tentativa de representação do que se considerava como ‘irrepresentável’, os encortiçados que pagavam aluguéis para morar próximo ao trabalho” (MIAGUSKO, 2012, p. 189).

A ULCM surgiu da iniciativa do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos<sup>36</sup>, em fusão com a ATRM e a Pastoral da Moradia (MIAGUSKO, 2012). Seu objetivo é aglutinar os movimentos que reivindicam por melhores condições de moradia na região central (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012). Nesse sentido, vemos a importância da mobilização que ocorria na Mooca, uma vez que ela referenciou a formação do primeiro movimento de moradia reconhecido da área central – a ULCM – que permanece até hoje como uma das principais articuladoras dos grupos de base.

Em 1992, surgiu também a União dos Movimentos de Moradia (UMM), que se iniciou como organização municipal, mas adquiriu posteriormente o caráter estadual e passou a se vincular a instâncias superiores – nacionais e internacionais<sup>37</sup>. A articuladora engloba entidades e movimentos locais e regionais que, por sua vez, reúnem os grupos de origem, cujo referencial geográfico mínimo são os bairros (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012).

Mais recentemente, em 2004, formou-se outra articuladora, a Frente de Luta por Moradia (FLM), a partir de movimentos dissidentes das organizações que compõem a UMM. Essa cisão decorreu da divergência quanto às formas de atuação do movimento – principalmente, a ocupação e a participação institucional (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012). Apesar disso, a UMM e a FLM não apresentam um

---

<sup>35</sup> “[...] os líderes partidários passaram a atuar no partido ou em cargos nas administrações públicas; a Igreja passou a atuar de forma menos contestatória, devido às pressões do Vaticano [...]” (CÉSAR, 2007, p. 85).

<sup>36</sup> O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos – definido por si próprio como movimento de luta pelos direitos dos moradores explorados – formou-se em 1988, a partir da articulação de grupos que atuavam com a população do centro, principalmente dos cortiços e buscavam a politização desse trabalho (MIAGUSKO, 2012).

<sup>37</sup> No nível nacional, a UMM vincula-se à Central dos Movimentos Populares (CMP), à União Nacional por Moradia Popular e ao Fórum da Reforma Urbana; enquanto no nível internacional, integra a Habitat International Coalition America Latina, a Secretaria Latinoamericana Vivienda Popular e a Rede Mulher e Habitat (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012).

antagonismo radical, uma vez que há posicionamentos contrários dentro das organizações e convergentes, entre elas.

Nesse sentido, como se pode depreender, o Movimento de Moradia da Mooca, a partir do final dos anos 1980, determinou-se por um cenário complexo – de conformação aos governos, institucionalização, disputas de posicionamento, articulações e fragmentações. Desde 1991, o movimento integra a ULCM que, por sua vez, compõe a UMM. Durante sua trajetória, uma de suas lideranças saiu do grupo e formou um novo, que se vinculou à Frente de Luta por Moradia, mas continuou utilizando o mesmo espaço da ATRM, apenas transferindo suas atividades para outro dia. Por meio de nossa pesquisa de campo, identificamos que as lideranças do Movimento de Moradia da Mooca não reconhecem distinções na identidade – valores, posicionamento, forma de atuação – em relação ao outro grupo; referindo-se a ele como FLM, grupo do Luizinho ou grupo de domingo. Também não atribuem a divisão a conflitos internos, apenas à preferência dos integrantes pelo dia da semana em que as reuniões de cada grupo ocorrem.

Cabe-nos aqui pontuar que nosso trabalho não tem a intenção de se aprofundar no processo de fragmentação do movimento, na relação entre esses grupos ou em seus pontos de convergência e divergência. Assim, focamos nossa análise no movimento tal como se apresenta atualmente, em que permaneceu a coordenadora Edileuza<sup>38</sup> – uma de suas fundadoras – e cujos integrantes reúnem-se na sede do movimento, às quartas-feiras, quinzenalmente. Tratando portanto desse grupo, podemos dizer que o movimento possui 129 integrantes e seis coordenadores<sup>39</sup> atualmente e se estabelece, desde 1980/81, em sua sede, na rua Canuto Saraiva, nº 795, na Mooca.

O contexto atual do Movimento de Moradia da Mooca marca-se pela articulação a diversos outros movimentos, em uma estrutura organizacional forte e hierárquica que, apesar das contradições e disputas simbólicas, possibilita a definição das instituições como ator coletivo, que compartilha uma pauta comum e se coloca como um dos principais movimentos populares da cidade de São Paulo (TATAGIBA;

---

<sup>38</sup> Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012) discorrem sobre a influência de sujeitos específicos para a conformação e identificação dos movimentos, uma vez que estes aglutinam-se em torno de lideranças políticas fortes.

<sup>39</sup> O movimento não possui processos muito formais ou burocráticos, para definir como e quando uma pessoa torna-se integrante ou o deixa de ser. Contudo, tomamos os critérios operacionais, utilizados pela própria coordenação, para delinear uma composição tangível do movimento. Assim, consideramos que ele possui 129 integrantes, segmentados entre os contemplados por projetos em execução – 64 pessoas – e os que estão na fila de espera – 65 pessoas. Da mesma forma, a composição dos coordenadores envolve muita indefinição, fator que abordamos nos resultados deste trabalho.

PATERNIANI; TRINDADE, 2012)<sup>40</sup>. O cenário caracteriza-se também – dada a institucionalização dos movimentos sociais – pela “[...] luta por maior participação nos espaços de decisão e debate sobre a política habitacional paulistana” (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012, p. 400).

Nesse sentido, apesar das diversas transformações e ressignificações nesses quarenta anos, o Movimento de Moradia da Mooca conseguiu se desenvolver e se transmitir, devido ao seu amplo caráter formativo inicial e por conseguinte, seu potencial para a luta. Dessa forma, cabe-nos analisar, no capítulo seguinte, as atividades formativas do movimento e das instituições que lhe deram origem, assim como sua influência para os propósitos maiores da mobilização social.

#### **4. Formação política e cultural no Movimento de Moradia da Mooca**

O presente capítulo aborda as matrizes discursivas e referenciais presentes na consituição do Movimento de Moradia da Mooca, a partir da influência da Oposição Sindical Metalúrgica na Associação de Trabalhadores da Região da Mooca; analisando como as atividades de formação política e cultural possibilitaram a união da coletividade, a mobilização social e a organização para a luta política. Verificamos assim os repertórios presentes – institucional/popular/pragmático, o caráter das atividades – formal/informal, as temáticas trabalhadas e como se deu o processo de origem da luta por moradia.

Conforme mencionado, as matrizes discursivas surgidas na década de 1970 – eclesial, marxista e do novo sindicalismo – pautaram os novos movimentos sociais no Brasil, incluindo as associações de trabalhadores e os movimentos de moradia. Giuseppina de Grazia, protagonista na constituição do Movimento de Moradia da Mooca<sup>41</sup>, aborda a presença dessas matrizes na OSM. “Em 1979, ainda era um grupo bem diferenciado, que tinha vários tipos de tendências lá dentro, desde o pessoal mais vinculado à igreja e pessoal dos grupos de esquerda” (Giuseppina de Grazia, 2016)<sup>42</sup>. Falando ainda sobre esses sujeitos, Grazia distingue a formação deles da educação

<sup>40</sup> Segundo Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012), a força do movimento de moradia de São Paulo situa-se em sua capacidade para diversificar estratégias e ações, combinando-as de forma criativa, frente à estrutura de oportunidades e constrangimentos.

<sup>41</sup> A coordenadora Edileuza destaca a contribuição da assistente social Giuseppina de Grazia – do grupo de apoio da OSM – à formação do movimento de moradia, citando sua pesquisa sobre a realidade dos cortiços, que fundamentou as atividades iniciais do grupo; a capacitação dos primeiros integrantes para o contato com o governo; a elaboração de editais e a relação com a imprensa.

<sup>42</sup> As falas de Giuseppina de Grazia, citadas aqui, também foram retiradas das entrevistas realizadas – em 2016 – pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Verônica Sales Pereira, para o Projeto de Extensão da FAAC/PROEX “Memória dos Movimentos Sociais: A União dos Moradores dos Quintais da Mooca”.

formal, obtida em instituições de ensino, expressando sua opinião sobre qual formação é mais relevante à militância.

Eram pessoas que entendiam muito mais, tinham um histórico, porque eles começaram a militância muitos anos atrás. Então, eles davam de dez a zero em qualquer professor universitário, porque eles tinham história e um conhecimento teórico também muito grande. E eram metalúrgicos, trabalhavam como metalúrgicos. (Giuseppina de Grazia, 2016)

Nesse rumo, a OSM difundia a formação política e cultural popular, realizando diversas atividades, como cursos de português, matemática e profissionalizantes, voltados para a troca de experiências entre o pessoal antigo, mais especializado (Giuseppina de Grazia, 2016).

Desenvolvendo essa prática da oposição metalúrgica, a ATRM iniciou-se com cursos de alfabetização e profissionalizantes, divulgados – segundo a coordenadora Edileuza – na entrada das fábricas<sup>43</sup>. Nota-se portanto o propósito de formar profissionalmente essa classe trabalhadora, deixando-a mais preparada para enfrentar um cenário marcado pelo desemprego, decorrente da desindustrialização da Mooca e da demissão em massa dos operários, que protagonizaram a luta contra o patronato<sup>44</sup>. “Quem sabe mais, luta melhor”: o mote, que surgiu nesse contexto e referencia muitos movimentos sociais ainda hoje, demonstra a importância que se atribuía à capacitação e formação dos sujeitos; ao papel de propiciar à classe trabalhadora a formação que lhe era restrita, pelos meios convencionais.

A associação apresentava-se como um espaço voltado à base, com atividades de formação política, lazer e assistência jurídica – “[...] onde tem diversos cursos, advogado, onde a gente pode chegar e discutir nossos problemas, trocar ideia com outros companheiros, jogar um dominó, assistir filme, dançar um forró [...]” (Boletim da ATRM n. 1, março 1980 apud GRAZIA, 2017, p. 99). Seu lugar – tanto físico, quanto simbólico – era o de instrução dos trabalhadores, seu entrosamento, a criação do espírito de companheirismo e amizade, a conversa sobre problemas compartilhados, a decisão em conjunto e a organização independente.

Tais propostas incluíam, portanto, princípios fundamentais a um movimento social – organização de uma coletividade, estabelecimento de laços, construção de

<sup>43</sup> As atividades da ATRM eram divulgadas por meios de boletins – o primeiro foi distribuído em março de 1980 (GRAZIA, 2017).

<sup>44</sup> Os integrantes das comissões de fábrica, formadas no bojo das ondas grevistas de 1978-1979, foram majoritariamente demitidos, mesmo aqueles que tinham garantia de emprego. Tais comissões surgiram com a função de representar a luta fabril contra o patronato e tiveram papel fundamental na constituição da OSM. Sobre o tema, ver SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

companheirismo e participação na tomada de decisões e na ação. Podemos apreender, dessa forma, o surgimento do movimento de moradia como um processo orgânico, em um contexto já voltado para a mobilização social e o fortalecimento democrático.

É importante pontuar que o movimento de moradia não se constituiu de forma independente da ATRM, não se desvinculou dela – as atividades do movimento operário e do movimento de moradia ocorriam no mesmo espaço<sup>45</sup> e muitos de seus integrantes participavam das duas organizações. A alfabetização de adultos da associação, por exemplo, era composta majoritariamente por moradores dos cortiços, que participavam do movimento de moradia; enquanto seus monitores eram militantes do movimento operário.

Nesse rumo, torna-se difícil segmentar as atividades que ocorriam naquele âmbito e atribuí-las a um único ator – Grazia (2017) traz a figura de um panfleto da ATRM, distribuído nas portas das fábricas e nos cortiços, que divulgava, entre suas atividades, a “luta por moradia”, informando o dia e horário da reunião do movimento. Assim, devemos compreender a total influência que as atividades da associação e, portanto, da oposição metalúrgica tiveram sobre a formação e desenvolvimento do movimento de moradia, uma vez que este emergiu daquelas organizações.

A ATRM possuía dois tipos de atuação – “[...] o trabalho de organização dos trabalhadores da região e o conjunto das demais atividades de suporte ao movimento operário: culturais, de formação política e profissional, atividades de lazer, etc.” (GRAZIA, 2017, p. 99). Portanto, a política, a cultura e o lazer aparecem no discurso da associação, como âmbitos importantes da vida humana, como direitos de todo indivíduo, inclusive do operário; em oposição à noção capitalista de que sua vida destina-se unicamente ao trabalho. Essa questão mostra-se no Relatório Seminário de Avaliação da ATRM (1982): “A Associação como um todo já é essencialmente cultural; ela está sempre preocupada com o lazer do operário, porque a burguesia tem afastado a classe operária de muitas diversões como cinema, teatro, etc.” (GRAZIA, 2017, p. 146). Tais atividades culturais, formativas e de lazer – foco do nosso trabalho – visavam trazer novos integrantes à luta, estendendo-a para além dos metalúrgicos e abrangendo toda a classe trabalhadora.<sup>46</sup>

Os cursos profissionalizantes também traziam uma formação política. Tinham esse viés estratégico de aglutinar os trabalhadores para a luta operária, por meio de uma demanda comum entre eles – a busca por melhor colocação profissional. Assim,

---

<sup>45</sup> O local permanece como sede do Movimento de Moradia da Mooca até hoje.

<sup>46</sup> Para não restringir seu público aos metalúrgicos, a ATRM não fazia referência à OSM – embora nascida dela – nos seus meios de divulgação – boletins, panfletos etc. (GRAZIA, 2017).

buscavam equilibrar o âmbito pragmático – da qualificação técnica – ao político – de preparo e engajamento dos trabalhadores para a luta; dosavam os interesses imediatos dos operários à formação mais global, humana e política.

Levantou-se também a preocupação de não se transformar a Associação num Senai. A finalidade da Associação não seria em primeiro lugar montar cursos profissionais. Estes têm sentido na medida em que trazem para a Associação os trabalhadores das fábricas da região, e na medida em que se favoreça não só o aprendizado profissional, mas também o despertar de uma consciência de classe. (ATRM, Assembleia, 22/3/80 apud GRAZIA, 2017, p. 132)

Citando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)<sup>47</sup>, a associação deixa clara sua oposição ao modelo de ensino presente nas escolas profissionalizantes tradicionais, que prepara uma mão de obra qualificada, eficiente, passiva e sem capacidade crítica, conforme os interesses do capital. Aqui, mais uma vez, temos o questionamento da ATRM à educação formal – voltada estritamente ao mercado – e sua busca por outro esquema de princípios e referências. Prova disso é que os monitores dos cursos eram quase todos operários e militantes da região da Mooca.

Nesse sentido, os cursos profissionalizantes promoviam a formação política, trabalhando de forma crítica temas como a exploração do trabalho, a separação entre trabalho manual e intelectual, o conhecimento fragmentado sobre o processo produtivo, as formas de dominação que impedem o trabalhador de pensar e outras características do sistema capitalista (GRAZIA, 2017).

Por sua vez, as atividades políticas e culturais traziam somente a formação humana, sem o caráter prático; contudo, também eram vistas de forma estratégica, como principal instrumento para atrair as diversas categorias. Nos três primeiros anos, a Associação manteve uma intensa programação de cursos, palestras, debates, teatros, apresentações etc., o que lhe tornou um polo cultural na região. As atividades ocorriam quinzenalmente e já no primeiro ano (1980), chegaram a reunir 90 pessoas; três anos depois, o público triplicou, com a palestra “Encontro de trabalhadores com Domitila”<sup>48</sup> e em 1987, realizou-se uma das palestras de maior destaque, com o líder

---

<sup>47</sup> Por determinado tempo, a ATRM manteve um convênio com o Senai, para a realização dos cursos – a escola oferecia o material, o certificado e uma ajuda de custo aos monitores. Essa parceria, contudo, não modificou as temáticas e os objetivos de contestação dos cursos (GRAZIA, 2017).

<sup>48</sup> Domitila Barrios Chungara (1937-2012) foi uma líder operária boliviana, que lutou pacificamente contra as ditaduras militares de René Barrientos Ortuño e Hugo Banzer Suárez, no período de 1964 a 1982.

comunista Luiz Carlos Prestes. Todas as atividades buscavam incluir o universo popular e incitavam a reflexão acerca de questões políticas, econômicas, trabalhistas etc.; desenvolvendo temas como inflação, reajuste salarial e previdência social. Também realizavam-se cursos de: história, imprensa operária e popular, legislação trabalhista; orientação sexual etc. (GRAZIA, 2017).

Tais atividades eram fundamentais, não só para o crescimento pessoal e humano dos integrantes, mas também para a formação e o desenvolvimento da organização civil – a associação. Isso pois o principal objetivo, com essas atividades políticas e culturais, era envolver os novos militantes nas ações pedagógicas, em que eles dividiam tarefas, exerciam o trabalho em equipe e a direção coletiva e assumiam responsabilidades de planejamento, organização e execução. Buscava-se portanto integrar o maior número de pessoas nas comissões encarregadas pelas atividades (GRAZIA, 2017).

Assim, os novos integrantes eram logo incentivados a participar de forma mais ativa da associação, não somente usufruindo das atividades oferecidas, mas também contribuindo para que elas ocorressem. Essa postura é fundamental para a percepção política e crítica do integrante, que passa a ter uma compreensão mais profunda dos processos e variáveis presentes. Desenvolve-se a participação e o engajamento, uma vez que ele se vê como sujeito – e não objeto – da transform(ação) buscada; a mobilização coletiva, à medida que se propicia relações e gera relacionamentos; e a construção identitária, pois a participação ativa dá ao integrante a noção de pertencimento, em que ele se sente parte do todo.

## **5. Relações públicas comunitárias nos movimentos sociais**

A comunicação é intrínseca a todo tipo de relação interpessoal e social, apresentando características específicas, de acordo com o espaço em que ocorre e suas variáveis. No caso de grupos, organizações e instituições, que possuem valores, propósitos e objetivos, a comunicação coloca-se como fator determinante para sua existência e manutenção. As organizações civis e movimentos sociais não se constituem de forma distinta, trazendo inclusive a comunicação como uma das variáveis que possibilitam a mobilização coletiva (MELUCCI, 1988 apud ALONSO, 2009). Bakhtin (1981 apud MURADE, 2007) defende que o desenvolvimento da cidadania depende da participação discursiva, do discurso dialógico; ou seja, da comunicação aberta, multidirecional, que integra o outro na transformação da realidade.

---

Nesse sentido, enfocando a área comunicativa de nosso estudo, buscamos neste capítulo analisar se as relações públicas podem se inserir no contexto dos movimentos sociais, em que medida e de que forma. Para tanto, traçamos um panorama de sua história no Brasil, retomando de forma crítica suas vertentes dominantes e aprofundamos o viés da comunicação popular e das relações públicas comunitárias, que acreditamos ser a alternativa para uma atuação voltada ao interesse social.

As relações públicas surgiram a partir do embasamento teórico-metodológico no funcionalismo (Durkheim e Pareto) e no positivismo (Comte), correntes que abordam a estabilidade e a ordem da sociedade e não questionam as contradições sociais, que são vistas como disfunções. Assim, as relações públicas emergiram dentro da perspectiva de legitimação do poder e do status quo (KUNSCH, W. L., 2007), diretamente associadas “[...] aos grandes interesses do capital privado em busca de legitimação pública, em um cenário de modernização e de emergência de uma opinião pública de massa” (HENRIQUES, 2007, p. 101).

Tal característica determinou a trajetória da área, que se direcionou predominantemente para o âmbito do mercado capitalista – tanto na prática, quanto na teoria. Apesar de relativo consenso sobre a definição da atividade, que consiste na gestão dos relacionamentos entre os mais diversos atores<sup>49</sup>, o arcabouço teórico enfoca essa função na esfera empresarial, propagandística, atribuindo-lhe o caráter estratégico de contribuir para o cumprimento dos objetivos da organização e conseqüentemente, para a manutenção do sistema.

Embora a ideia de uma atuação voltada ao interesse social já tivesse emergido antes – como na concepção de Bernays (1920), em que as relações públicas corretas e eficientes baseiam-se na sociedade democrática (W. L. KUNSCH, 2007); um novo paradigma da área começou a se delinear no Brasil apenas nos anos 1980, em um cenário de descontentamento, dada a desigualdade social e a negação à participação política, gerada na ditadura militar. “[...] a sociedade clamava por democracia e justiça social, e as construía passo a passo, baseando-se em pequenas ações e na criação de movimentos populares [...]” (PERUZZO, 2007, p. 138). Assim, o momento demandou a emergência de novos circuitos de comunicação, formas de colaboração social e modos de interação (HARDT; NEGRI, 2005 apud HENRIQUES, 2007).

---

<sup>49</sup> Henriques defende que “[...] a atividade se aplica em seus fundamentos a qualquer demanda de relacionamento que se apresente entre instituições e seus públicos” (2007, p. 101).

Nesse contexto, em 1980, surgiram as “relações públicas comunitárias”<sup>50</sup>, caracterizando-se por uma comunicação que, segundo Peruzzo (2003), coloca-se em benefício da cidadania, promovendo a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa, como “mola-mestra” do desenvolvimento. Trata-se, conforme W. L. Kunsch, de uma comunicação comprometida “[...] com os interesses dos segmentos sociais organizados ou com o interesse público. Os discursos se voltam à qualidade de vida do homem em sua comunidade, na construção da cidadania” (2007, p. 107). Baseando-se nos princípios de Paulo Freire, as relações públicas comunitárias promovem a educação libertadora, que busca o homem-pessoa e não, o homem-coisa; definem-se por “[...] um processo científico em que se busca conhecer, articular e transformar o homem, a sociedade e o mundo para construir o mundo, a sociedade e o homem” (PERUZZO, 1982 apud KUNSCH, 2007, p. 112).

Desse modo, a comunicação e as relações públicas comunitárias convergem com as organizações civis e os movimentos sociais, contribuindo para seu propósito, de conformação de um espaço democrático, potencial para a luta social e a transformação da realidade. A atividade implica a “[...] comunhão entre sujeitos iguais que participam de seu contexto e o transformam dialeticamente” (CÉSAR, 2007, p. 86), envolvimento que gera compromisso e amadurecimento, tanto do movimento, quanto de seus integrantes.

Essa pertinência e relevância das relações públicas comunitárias assenta-se em suas características e princípios – o diálogo aberto, bidirecional e simétrico; o conteúdo crítico-emancipador; a metodologia da troca; o compartilhamento, a participação e a co-responsabilidade; a autogestão; a organicidade; a ética; e a solidariedade humana. A atividade renuncia, portanto, os condicionantes do sistema vigente e assim, das práticas comunicacionais predominantes – o paternalismo, o mero assistencialismo, a acomodação dos indivíduos, o institucional (KUNSCH M. M. K.; KUNSCH W. L., 2007).

As relações públicas comunitárias colocam-se a serviço da organização civil, das classes marginalizadas, respeitando e integrando os processos coletivos construídos, sem a imposição de verdades e sim, a democratização do saber

---

<sup>50</sup> As relações públicas comunitárias no Brasil tiveram como marco o IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC). Sobre o desenvolvimento inicial da área, Kunsch (2007) destaca a contribuição do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior que, no período de 1979 a 1985, já abordava as experiências comunicacionais populares do movimento operário do ABC Paulista. O autor também pontua as obras de Marques de Melo (1980), Festa (1982, 1986), Peruzzo (1982, 1991, 1995), Bordenave (1984), Silva e Festa (1986) e Berger (1995). A partir dos anos 2000, os estudos aprofundaram-se com a difusão de teóricos na área (KUNSCH, 2007).

técnico<sup>51</sup>. A atividade busca a problematização do conflito social – aparente ou latente (CÉSAR, 2007) – e convoca o povo para participar do processo comunicativo, não só como receptores, mas como protagonistas e gestores (PERUZZO, 2003), despertando seu papel antagônico, potencial para a transformação social; por meio de projetos abertos, compartilhados, participativos e democráticos (KUNSCH W. L., 2007).

Nesse sentido, as relações públicas comunitárias fazem-se necessárias e relevantes às organizações civis e aos movimentos sociais, em diversos aspectos. São fundamentais para o engajamento e a mobilização social, pois “é por intermédio do discurso [da comunicação] que se veiculam os projetos políticos e as visões de futuro capazes de amalgamar uma pluralidade de indivíduos em uma vontade coletiva” (MIGUEL, 2000, p. 65).

A atividade também contribui para promover a identidade social e cultural dos indivíduos e do grupo, pois favorece o compartilhamento de valores e a livre expressão de ideias (BARROS, 2000 apud KUNSCH, 2007). Assim, os processos e as demandas sociais fluem de acordo com a natureza e o interesse dos sujeitos envolvidos, respeitando-os em sua diversidade (CÉSAR, 2007).

Além disso, trazendo a participação como pilar fundamental, as relações públicas comunitárias fortalecem as estruturas mobilizadoras horizontais e democráticas, aproximando o movimento de seu propósito basilar – a demarcação de espaços para a voz dos não-governantes e a construção de uma nova postura da sociedade civil (GOHN, 2005). Temos, dessa forma, uma comunicação libertadora, que coloca o povo em seu lugar de direito – sujeito e protagonista de sua transformação.

Em síntese, diante do papel das relações públicas comunitárias – que constituem o canal de expressão das camadas populares, fortalecem sua identidade coletiva, engajamento e mobilização e promovem a participação igualitária e a democracia – defendemos sua possível inserção e contribuição aos movimentos sociais. Cabe-nos, portanto, analisar se a comunicação do Movimento de Moradia da Mooca afasta-se ou não dos sistemas tradicionais; em que medida as relações públicas comunitárias podem atuar junto ao movimento; e enfim, de que forma essa perspectiva comunicacional pode enraizar-se dentro da organização, a fim de contribuir para seu desenvolvimento.

---

<sup>51</sup> Segundo Freire, “[...] ainda que cheguem de ‘outro mundo’, [os profissionais e pesquisadores] chegam para conhecê-lo com o povo e não para ‘ensinar’, ou transmitir, ou entregar nada ao povo [...] O saber mais apurado da liderança se refaz no conhecimento empírico que o povo tem, enquanto o deste ganha mais sentido na daquela” (2011, p. 247-8).

## **6. Objetivos**

Nosso objetivo principal é determinar a possível inserção das relações públicas comunitárias no âmbito dos movimentos sociais e sua contribuição ao desenvolvimento e transmissão da mobilização civil, a partir do estudo de caso do Movimento de Moradia da Mooca. Para tanto, colocamos como objetivos específicos a revisão teórica sobre as temáticas relacionadas e o estudo diacrônico de nosso objeto-sujeito de estudo, com enfoque em suas variáveis internas, principalmente suas ações de formação política e cultural.

## **7. Metodologia: a pesquisa participante**

Tomando como objeto de estudo um movimento social, adotamos a metodologia da pesquisa participante, cientes de que estudos desse viés exigem que se pense, programe e realize, de forma compatível com a prática político-cultural popular e não apenas, convocando os sujeitos do povo para a participação em pesquisas sobre eles próprios, dentro dos padrões tradicionais de estudo. Por meio desta metodologia, buscou-se tornar os indivíduos envolvidos sujeitos ativos na construção de seu próprio conhecimento – que vem de e deve retornar para eles; conhecimento que lhes deve ser útil, contribuindo para suas ações e lutas. Trata-se de pesquisar com e não mais, sobre (BRANDÃO, 2000).

Nesse sentido, iniciamos a pesquisa com alguns problemas e objetivos prévios – definidos a partir de um levantamento bibliográfico básico, mas cientes da possibilidade e probabilidade de sua alteração, de acordo com a realidade, necessidades e prioridades do grupo, a serem identificadas durante a atividade de campo. A pesquisa participante é processual, deve-se adequar ao contexto da comunidade, reconstruindo-se constantemente (BRANDÃO, 2000).

O presente estudo utiliza-se de métodos qualitativos – a análise de material bibliográfico, documental e de imprensa sobre o Movimento de Moradia da Mooca e sobre as temáticas e variáveis implicadas; e a pesquisa de campo, com a observação participante de assembleias, reuniões, atos políticos, confraternizações etc. e a aplicação de entrevistas semi-diretivas com os integrantes do movimento.

Para a interpretação do material colhido, utilizamos a análise de conteúdo que visa, por meio de procedimentos sistemáticos de descrição da mensagem, indicadores que possibilitam deduções lógicas a respeito do contexto da comunicação – emissor, contexto de emissão, intencionalidades (BARDIN, 1979). O mecanismo de análise busca “[...] ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação de documentos, textos

literários, biografias, entrevistas ou observação” (MINAYO, 2000 apud CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 5).

### 7.1 Processo da pesquisa

Este trabalho é parte da iniciação científica “Formação política e comunicação comunitária: o Movimento de Moradia da Mooca”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, com duração entre novembro de 2017 e junho de 2018. Apresentamos aqui portanto os resultados parciais dessa pesquisa, descrevendo o processo e os métodos para se chegar a eles.

A partir de um levantamento bibliográfico inicial, selecionamos algumas variáveis para análise, que em nossa hipótese poderiam influenciar o desenvolvimento do Movimento de Moradia da Mooca. Assim, buscamos localizá-las e analisá-las nas atividades de observação de campo, identificando possíveis relações de interferência, causalidade etc. Tais variáveis também orientaram a elaboração do meio de investigação, dividindo-o entre as temáticas: *Informações gerais; Moradia e relação com a cidade; Utilização de tecnologias; Relação com o movimento.*

Nossa pesquisa de origem contém objetivos quantitativos e qualitativos; assim pretendíamos, inicialmente, elaborar dois canais de pesquisa – um questionário quantitativo, a ser entregue a todos os integrantes presentes nas reuniões do movimento; e um roteiro de entrevista semi-diretiva, a ser aplicada com uma amostra representativa dos integrantes. Com o questionário, visávamos obter um maior número de respostas e evitar qualquer desconforto dos membros, ao responderem as questões para um entrevistador. Já com a entrevista, pretendíamos tanger uma percepção mais profunda e detalhada sobre as temáticas, ao conferirmos relativa liberdade de resposta e expressão aos integrantes, por meio do roteiro semi-diretivo e das questões abertas.

No entanto, a coordenação do movimento orientou-nos a aplicar os questionários um a um, ponderando que os integrantes não são tão abertos e participativos, na medida em que não respondem a materiais da própria organização. Assim, preferimos transformar o questionário no roteiro de entrevista<sup>52</sup> e utilizar apenas a análise documental – das fichas dos integrantes atuais do movimento, para os fins quantitativos – traçar o perfil desses membros e assim, da organização. Por meio desse perfil, selecionamos posteriormente a amostra para as entrevistas – uma amostra pequena, porém heterogênea e representativa, da população composta pelos

---

<sup>52</sup> O questionário elaborado inicialmente e o roteiro de entrevista que se originou dele, utilizado para a pesquisa, constam no Apêndice deste trabalho.

129 integrantes atuais. Buscamos nessa seleção, abranger as diferenças no que tange a gênero, idade, função no movimento, tempo de participação etc.

A observação de campo iniciou-se no dia 06 de dezembro de 2017 e ocorreu em cerca de cinco visitas à sede do movimento, com a participação em reuniões e na festa de encerramento das atividades de 2017. Tais encontros do movimento ocorrem sempre às quartas-feiras, quinzenalmente, com duração das 19 às 21 horas. Também participamos de um ato político que reuniu diversos movimentos e representantes da luta por moradia, na praça da Sé – área central da cidade, em protesto contra o auxílio moradia do judiciário. O relato de tais atividades e as percepções sobre elas foram registradas em um diário de campo, para posterior análise.

A realização das entrevistas deu-se na sede do movimento, nos dias de reunião – aproveitando a presença dos integrantes e selecionando-os com o auxílio da coordenação, de acordo com a heterogeneidade de suas características – e em dias previamente agendados. Antes de iniciar as entrevistas, explicamos o propósito da pesquisa aos respondentes, ressaltando a confidencialidade das informações concedidas e o viés unicamente acadêmico. Também frisamos que o estudo não foi solicitado pelo Movimento de Moradia da Mooca e que as informações, portanto, não serão transmitidas à coordenação, de modo a interferir na relação que o integrante mantém com e no movimento. A fim de facilitar o registro das respostas, pedimos autorização aos respondentes para gravar o áudio das entrevistas, com um aparelho celular e a seguir, fizemos sua transcrição<sup>53</sup>. O material de análise do presente trabalho compõe-se pelas entrevistas transcritas até o momento – seis entrevistas, aplicadas com um coordenador e cinco integrantes.

Por meio do roteiro semi-diretivo, buscamos orientar os discursos, de modo a obter respostas sobre as variáveis pretendidas, mas também promover a livre expressão dos respondentes, o que poderia levantar novas questões a serem estudadas, de acordo com a realidade do movimento. Sendo assim, o tempo de aplicação das entrevistas variou amplamente, com duração mínima de treze minutos e máxima de uma hora e meia. No total, os áudios dos cinco respondentes – desconsiderando a entrevista da R3 – somam cerca de duas horas e cinquenta minutos.

A aplicação apresentou certas dificuldades, como o aparente desconforto de alguns integrantes, que traziam respostas restritas – mesmo quando incentivados a se expressar mais sobre o assunto, a fim de orientar a entrevista para o seu término. Por outro lado, alguns respondentes afastavam-se das questões feitas, abordando

---

<sup>53</sup> Dentre os respondentes, apenas a R3 não autorizou a gravação.

assuntos que não cabem ao nosso estudo e levando-nos assim a retomar frequentemente as temáticas propostas. Outro entrave que se colocou foi o ruído pois, ainda que tenhamos buscado espaços isolados para a realização das entrevistas, a comunicação e o som externos distraíam em certa medida os integrantes. Além disso, algumas entrevistas foram interrompidas, por pessoas que vinham tirar dúvidas ou mesmo, no caso da respondente 2, por sua filha de colo que permaneceu com ela durante a realização.

A discussão dos resultados aqui apresentada enfoca apenas a parte qualitativa da pesquisa, com as interpretações da observação de campo e das entrevistas aplicadas aos integrantes. Para manter o sigilo de suas identidades, referimo-nos a eles numericamente – respondente 1 (R1), respondente 2 (R2) e assim por diante; e a fim de tornar nossa análise e articulação mais clara, apresentamos a priori os dados dos respondentes que – a nosso ver – são relevantes para a compreensão das respostas.

Entrevista	Gênero	Idade	Etnia	Profissão	Inserção no mercado	Escolaridade	Lugar no movimento	Tempo de participação
Resp. 1	Homem	46	Branco	Desempregado	Desempregado	Fundamental	Integrante	6 anos
Resp. 2	Mulher	31	Branca	Telefonista	Emp. Formal	Superior	Integrante	14 anos
Resp. 3	Mulher	44	Parda	Aux. limpeza	Emp. Formal	Médio	Integrante	8 meses
Resp. 4	Homem	45	Branco	Serviços gerais	Emp. Formal	Fundam. incompleto	Integrante	7 meses
Resp. 5	Homem	31	Indígena	Segurança	Emp. Formal	Médio	Integrante	29 anos
Resp. 6	Mulher	73	Branca	Aposentada	Aposentada	Médio	Coordenadora	36 anos

Tabela 1: Principais dados dos entrevistados

## 8. Discussão dos resultados

Por meio das entrevistas qualitativas, identificamos uma série de fatores – simbologias e relações – dentro do movimento, que nos trazem algumas questões sobre sua influência para os valores, propósitos e desenvolvimento da mobilização social.

Com a análise exploratória inicial, verificamos transformações significativas no movimento, durante sua trajetória – como abordado, o grupo surgiu com grande força, como um dos primeiros movimentos de moradia da área central de São Paulo e com amplas atividades de formação política e cultural de seus integrantes. Assim, diante de uma aparente perda de consistência desse caráter formativo, buscamos verificar se a reorganização do movimento trouxe-lhe um arrefecimento e se nossas hipóteses, sobre os fatores que influenciaram essa situação, justificam-se.

Durante a pesquisa participante, frente à realidade do objeto-sujeito de estudo, novas hipóteses surgiram. Assim, no presente trabalho, optamos por apresentar as variáveis que se mostraram mais relevantes, não abordando, por exemplo, a temática

das gerações e a das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), presentes em nosso projeto de pesquisa inicial<sup>54</sup>.

### 8.1 Estrutura do movimento

Desde sua formação, o Movimento de Moradia da Mooca vivenciou transformações no seu quadro organizativo, com a saída de suas lideranças para outros movimentos – como é o caso do Luizinho e do Manoel, que formaram um novo grupo, associado à FLM; para a universidade – como no caso de Giusepinna de Grazia; e para outras instituições. Nesse sentido, consideramos que essa dispersão pode ter ocasionado uma reorganização do movimento distinta da inicial, com o enfraquecimento de princípios substanciais às organizações civis. Identificamos que o movimento apresenta, atualmente, uma estrutura interna próxima à tradicional, com relações de poder que reproduzem, em certa medida, padrões hierárquicos. Essa dinâmica não se dá como nas organizações capitalistas – no nível material, em que a dominação ocorre pela propriedade dos bens de produção; mas sim no nível de conhecimento, atuação e decisão dentro do movimento.

Se por um lado, os movimentos sociais podem apresentar funções específicas, ocupadas por seus integrantes, de modo a organizar suas atividades e facilitar o trabalho conjunto<sup>55</sup>; essa circunstância traz conflitos inerentes. Toda coletividade que se apresenta como um ambiente de micropolítica, em que se dão relações de poder e existem diferenciações – materiais ou simbólicas – entre os sujeitos, traz consigo a disputa. Nesse sentido, os movimentos sociais requerem uma interpretação e mediação coesa desses conflitos, fundamentando-se sempre nos princípios democráticos e comunitários, a fim de assegurar seu caráter representativo.

Se idealmente, o discurso democrático é o princípio básico dos movimentos sociais; na prática, esse fundamento encontra dificuldades para se enraizar e se efetivar. Sader (1988) já abordava essa situação, ao discorrer sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que – embora não tenham constituído a principal matriz de referência do Movimento de Moradia da Mooca<sup>56</sup> – oferecem um exemplo sobre a complexidade da mobilização coletiva e participativa. As CEBs promoviam a participação igualitária entre seus integrantes e se empenhavam para que as

---

<sup>54</sup> A análise dessas variáveis consta no relatório final do projeto de pesquisa homônimo, apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

<sup>55</sup> É comum que as organizações civis tenham líderes, coordenadores ou outras denominações, que indicam a função e a referência do integrante dentro do movimento.

<sup>56</sup> O movimento baseou-se, principalmente, na matriz operária, emergindo da Oposição Sindical Metalúrgica.

diferenças não se cristalizassem institucionalmente. Apesar disso, G. Petrini identificou quatro “esferas de participação”, ainda que não reconhecidas pela entidade.

[...] na primeira vê um núcleo estável, de 5 a 10 pessoas, que constitui a liderança, que se encarrega da organização, propõe atividades; a segunda envolve aqueles que, embora sem assumir as responsabilidades pelo núcleo, costumam participar da maioria de suas reuniões e atividades; a terceira, mais diversificada, conta com as pessoas mobilizadas em função de determinadas iniciativas específicas; a quarta, mais vaga, é constituída por aqueles que são atingidos pelas atividades (um jornalzinho, um questionário etc.). (SIDNEY; TRUZZI; FERNANDES apud SADER, 1988, p. 156-157)

As CEBs propagavam o maior envolvimento possível de todos, por meio da rotatividade na função da coordenação; porém na realidade, isso não ocorria, devido aos “[...] atributos que conferem a liderança a um dos membros” (SADER, 1988, p. 159). Na prática, Petrini identificou uma hierarquia – ainda que não formal – de participação, que vai da participação total, com o sentido de orientação, coordenação à “participação” passiva – se é que podemos chamá-la de particip(ação). Sidney, Truzzi e Fernandes referem-se aos integrantes da base como “atingidos”<sup>57</sup> – termo que lhes confere certa posição de objeto/alvo. Mesmo as atividades que lhe são associadas – no caso do “jornalzinho” – reforçam essa passividade, pois constituem um meio de comunicação unilateral (GRUNIG; HUNT, 1994), por meio do qual o integrante não pode expressar sua opinião e dialogar com a liderança ou com a coletividade.

Como em um modelo tradicional de poder, as CEBs apresentavam uma estrutura piramidal, com poucos integrantes no nível mais alto de participação – aspecto quantitativo. Além disso, temos a questão qualitativa da presença, uma vez que a liderança constituía um núcleo estável, enquanto a base era “mais vaga”. A partir desse aspecto – reiterado em nosso objeto-sujeito de estudo, podemos inferir que as organizações civis e de mobilização social encontram um desafio para reter os novos integrantes e incluí-los nas atividades do movimento, de modo que eles possam elevar-se na pirâmide de participação ou que se atinga uma estrutura participativa mais horizontal.

Por meio da observação de campo e das entrevistas com os integrantes do Movimento de Moradia da Mooca, notamos que o movimento também apresenta certa estrutura hierárquica de poder e participação. Identificamos dois níveis nítidos – coordenadores e integrantes; entre eles, encontram-se alguns indivíduos que ajudam

---

<sup>57</sup> O termo “atingir” apresenta a definição: “1. Pôr-se em contato com; chegar até (algo ou alguém); alcançar, tocar. 2. FIG. Conseguir o que se pretende; alcançar, conquistar, lograr” (Dicionário Michaelis).

nas atividades da coordenação, mas não são reconhecidos como tal – como é o caso de Cosma, que questionada por nós durante a observação participante, disse não ser coordenadora, complementando “Eu ajudo as meninas”.

Com a pesquisa, também identificamos que o movimento não apresenta uma definição muito clara sobre a composição da coordenação – tanto para os integrantes, quanto para os próprios coordenadores. Em nossa primeira conversa com as lideranças, a coordenação foi-nos apresentada como composta por: Edileuza, Penha, Vilma, Kátia, Manuel e Cícero. Nesse momento, Kátia estava presente e disse-nos que não se considera da coordenação; ao que Edileuza discordou, dizendo que “ela é coordenadora sim”. Contudo, posteriormente, foram mencionadas composições distintas – quando pedimos à Kátia os contatos dos coordenadores, ela nos passou o de Edileuza, Penha e Vilma; perguntamos então sobre a posição de Manuel e Cícero, ao que ela respondeu que eles não são coordenadores, apenas ajudam. Já Penha falou que a coordenação é composta por ela, Edileuza, Vilma e Manuel.

Essa ausência de reconhecimento, quanto ao quadro organizativo e decisório do movimento, estende-se para e aprofunda-se no nível dos integrantes; tanto no que se refere à composição da coordenação, quanto aos métodos e processos de sua formação, ou seja, como os coordenadores são definidos. Dos cinco integrantes entrevistados, três indicaram não possuir esse conhecimento. Entre eles, a R3 – há oito meses no movimento – acrescentou: “Eles [coordenadores] vêm lá de trás”, colocando o enfoque sobre a questão temporal, mas apontando que não conhece os processos envolvidos ou a história do movimento. Já o R5 referiu-se a uma escolha da Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM), articuladora a qual o Movimento de Moradia da Mooca é associado:

Uma vez, eu cheguei a falar pra Edileuza que eu queria participar. Aí ela falou bem assim: “Você tem que participar da reunião da ULC, conversar com o pessoal, os líderes da ULC e eles que vão escolher você” [...] É difícil você querer participar de um movimento aqui e outra pessoa de fora vim querer te mandar e querer algo a mais de você [...] <sup>58</sup>

A R6 (coordenadora) também abordou essa questão, quando lhe perguntamos como os coordenadores são definidos:

---

<sup>58</sup> Embora não aprofundemos a questão neste trabalho – visto que não é seu objetivo central, cabe-nos aqui pontuar que essa conjuntura abre espaço para uma discussão sobre a possível desarticulação e perda de autonomia dos movimentos de base, a partir de sua associação a instâncias maiores, como no caso da ULCM.

Depois que eu peguei junto com a Edileuza, tinha eu e a Edileuza [...] Aí fui na reunião da ULC e eu ofereci, falei: “Olha, meninos, a partir de hoje, a Vilma vai trabalhar na coordenação” [...] Aí a ULC aceitou. Aí no outro dia, o Manuel vinha todos os dias. No outro dia, eu chamei o Manuel. [...] Coordenador é feito por escolha mesmo. É assim, nós estamos todos aqui, “observa” o movimento daquela pessoa. Entende? Aí vê que a pessoa dá pra ir né?

Dessa forma, vemos que a definição dos coordenadores, além de ser um processo opaco aos integrantes, não é formal; envolve poucos indivíduos e baseia-se em julgamentos pessoais. Podemos atribuir esse processo ao tipo de dominação que ocorre no Movimento de Moradia da Mooca, a carismática, um dos três tipos puros de dominação legítima conceituados por Weber (1956). Segundo o autor, as organizações que se regem pela dominação carismática, escolhem seu quadro administrativo segundo carisma e vocação pessoal; e não por qualificação profissional – como em empresas; por posição – como em sistemas estamentais; ou por dependência pessoal – como no âmbito familiar. A escolha não se rege pela noção de competência.

Para definição das lideranças, “a administração – na medida em que assim se possa dizer – carece de qualquer orientação dada por regras, sejam elas estatuídas ou tradicionais. São características dela, sobretudo, a revelação ou a criação momentâneas, a ação e o exemplo, as decisões particulares, [...] o irracional” (WEBER, 1956, p. 136). A sucessão na dominação carismática pode ocorrer de diversas formas – no Movimento de Moradia da Mooca, identificamos a designação do qualificado carismaticamente, feita pelo próprio portador do carisma; ou seja, a legitimidade que o líder possui torna legítima sua escolha do sucessor. Podemos dizer que esse é o modo mais simples de sucessão, que não exige a busca por qualificação, a existência de vínculos, processos ritualísticos ou formas de eleição/aprovação; fundamenta-se apenas na escolha do líder. Apesar disso, a dominação carismática apenas se efetiva, quando a comunidade aceita as proclamações do líder, legitimando-as e tornando-as obrigatórias. Esse tipo de dominação influencia também em outros âmbitos do movimento, como na relação entre coordenação e integrantes, conforme discutimos nos tópicos seguintes.

Dessa forma, segundo a resposta da coordenadora R6, apreendemos que a definição da coordenação no movimento segue os princípios da dominação carismática, posto que ela descreve um processo de decisão particular, elaborada momentaneamente, que não se pauta em critérios pré-determinados e conhecidos por todos os indivíduos envolvidos e influenciados pela decisão. Sobre esse aspecto, o R5 pontuou sua discordância:

Até hoje, [coordenador] não foi escolhido pela gente. Isso eu acho diferente e – desculpa eu te falar também – anti-social, essa parte deles, por não colocar igual faz na parte de sindicância de condomínio. Quem coloca uma pessoa lá “é nós”. Vai a votação e nós que “escolhe”.

Assim, o Movimento de Moradia da Mooca afasta-se, nesse aspecto, dos princípios democráticos, que devem constituir tanto seus objetivos, quanto sua lógica de existência. Avaliando a estrutura atual do movimento, podemos comparar seu sistema com uma democracia representativa, em que não há o envolvimento igualitário de toda a comunidade nas questões políticas, mas a transferência de poder para um grupo de representantes da vontade popular (MILL, 2018). Contudo, esse sistema de governo adquire sentido, somente com a escolha dos representantes pela base, o que não ocorre no Movimento de Moradia da Mooca; e com a participação política do povo, a fim de influenciar as decisões dos representantes e garantir que suas demandas sejam reconhecidas.

Retomando a distância entre o corpo diretivo e a base do grupo, evidenciamos também o desconhecimento em relação às ações do movimento e da coordenação. Dos cinco integrantes entrevistados, três (R1, R3 e R4) responderam que “não” sabem quais são as atividades do movimento; assim como três (R1, R2 e R4) não conhecem as ações da coordenação. Desse modo, verificamos que o panorama quase não se modifica, com exceção das entrevistas de R2 e R3, que alternaram suas respostas entre os dois aspectos. Em suma, dos cinco entrevistados, quatro não conhecem, ao mínimo, um fator questionado; apenas um integrante (R5) afirmou conhecer sobre ambos os assuntos.

Ainda nesse ponto, dois integrantes relacionaram sua falta de conhecimento ao fato de estarem há pouco tempo no movimento – a R3, integrante há oito meses, afirmou: “Ainda não tenho muito conhecimento”; enquanto o R4, integrante há sete meses, disse “Não [sei quais são as atividades do movimento], porque eu entrei agora. Sou novo no movimento”. Dessa forma, concebemos que a transmissão dos saberes e mesmo, dos processos e funcionamento, no Movimento de Moradia da Mooca, dá-se de forma empírica, por meio da vivência, o que é possível somente com o decorrer do tempo – quanto maior o tempo em que se está no movimento, mais se sabe sobre e se integra a ele. Esse processo é, em certa medida, espontâneo; porém, pode-se atuar deliberadamente, de forma a facilitar a integração de novos membros e assim, motivar sua retenção e sua emergência da base para outros níveis de participação.

Nesse sentido – entrando já no âmbito de uma possível proposta das relações públicas comunitárias – reforçamos a importância da busca pela participação política

igualitária dentro dos movimentos sociais, para seu desenvolvimento mais orgânico e eficiente. A participação política insere-se em um ciclo infundável – integra os indivíduos à coletividade, fazendo com que se sintam parte dela, o que lhes motiva a participar cada vez mais. Além disso, ela se autoalimenta, pois educa os sujeitos, levando-os a se interessar mais pelo bem comum. Segundo Mill (2018), a participação política “[...] é importante para o desenvolvimento do caráter ativo, criativo e plenamente integrado na comunidade política. Os indivíduos ativos são aqueles que não apenas aceitam as coisas como são, mas tentam melhorar a sociedade” (SIMÕES, 2018, p. 16).

Melucci (1988) já discorria sobre a importância da participação política dos integrantes, para sua identificação e engajamento com a mobilização social, posto que esta resulta de processos coletivos de comunicação, negociação de significados, reconhecimento do fator comum e tomada de decisão. Alonso (2009) reforça essa questão, ao defender que a noção de pertencimento, o reconhecimento como integrante de um grupo – ou seja, a identidade coletiva – decorre da “[...] ativação prática de relações entre atores (interação, comunicação, influência, negociação, tomada de decisão) [...]” (ALONSO, 2009, p. 66).

Melucci (1988) aponta que o engajamento dos sujeitos na ação política coletiva é processual; porém Mill (2018) defende que se pode alcançar esse objetivo, permitindo ou mesmo exigindo que os indivíduos participem de alguma forma na política. Desse modo, a responsabilidade pela participação igualitária recai sobre as lideranças, que devem buscar meios de chamar e motivar a base para a ação conjunta.

O posicionamento da ATRM, em relação às atividades culturais e políticas realizadas em sua trajetória inicial, configura um exemplo de como o corpo diretivo do movimento pode integrar e engajar os novos membros. A associação, em seus anos iniciais, tinha como principal objetivo envolver os novos militantes nas ações pedagógicas, promovendo o conhecimento sobre os processos, a interação, o trabalho em equipe, a tomada de decisões etc. “Tão ou mais importante que a realização da atividade em si, era a maneira de organizar, a participação do maior número possível de pessoas na comissão encarregada, a divisão de tarefas, o exercício da ‘direção coletiva’.” (GRAZIA, 2017, p. 141).

Percebemos que as lideranças do Movimento de Moradia da Mooca não propõem ações, a fim de transmitir as informações pertinentes aos integrantes e motivá-los, para uma participação mais ativa dentro do movimento. Nesse contexto, muitos membros constroem um significado em torno da coordenação, vendo-a como distante – e até mesmo independente – de sua realidade; e não, como uma extensão

da base – lugar de onde emergiu, razão de sua existência e origem de sua legitimidade.

Dos cinco integrantes entrevistados, três (R2, R3 e R4) responderam que não gostariam de fazer parte da coordenação, justificando que ela exige muita responsabilidade ou tempo. Esse aspecto também foi abordado pelo R1, que gostaria de integrar a coordenação em algum momento, caso tivesse a oportunidade e estivesse com responsabilidades menores em sua vida pessoal. Assim, quatro respostas trouxeram a ideia de que a coordenação exige competências, que não são necessárias aos demais integrantes. Naturalmente, posições de liderança envolvem mais atividades e dedicação; porém, essa noção mostra-se de forma extrema no Movimento de Moradia da Mooca – os integrantes não compreendem a atuação dos coordenadores como um ideal a ser buscado por todos os sujeitos. Isso implica em uma relação complexa entre coordenação e base, que apresentamos no tópico seguinte.

A partir de tais considerações, depreendemos que o Movimento de Moradia da Mooca não apresenta uma estrutura participativa, simétrica e horizontal, dada a diferença e a distância significativa – e em certa medida hierárquica – entre lideranças e base. Essa situação faz com que os integrantes não possuam um conhecimento aprofundado sobre o movimento e sobre seu lugar nele; além de prejudicar a formação identitária, que deveria ser um processo coletivo. Quando as lideranças não tornam os processos e ações do movimento transparentes e abertos à participação de todos, desenvolve-se a noção de que os novos membros têm de se encaixar a uma estrutura pré-determinada e rígida; o que diverge da ideia de que os movimentos sociais – como o próprio nome já diz – constroem-se e reconstróem-se continuamente, a partir da comunidade que os compõe. Quando há esse encaixe baseado em uma racionalidade instrumental<sup>59</sup>, os integrantes não desenvolvem a noção de pertencimento, não se sentem responsáveis pelo movimento e sujeitos de sua própria transformação e luta<sup>60</sup>; assim, não se motivam a participar ativamente dos processos.

Participação gera participação. Nesse aspecto, apontamos a potencialidade de inserção das relações públicas comunitárias – como aprofundamos adiante, no sentido de que o Movimento de Moradia da Mooca adote uma postura mais objetiva, que inclua os integrantes – principalmente, os novos – em sua constituição, deixando-os

---

<sup>59</sup> Esse tipo de integração dos membros – em que a participação ocorre estritamente pela demanda material, sem a identificação com o grupo – encontra-se na TMR, justamente por se tratar de uma corrente que não se preocupa com a questão cultural e identitária.

<sup>60</sup> Aprofundamos essa noção, que prevalece no Movimento de Moradia da Mooca, no tópico seguinte “8.2 Relação entre coordenação e integrantes”.

cientes dos processos, atividades e do contexto de mobilização coletiva, com todas as suas variáveis e relações.

## **8.2 Relação entre coordenação e integrantes**

O fato de o Movimento de Moradia da Mooca basear sua liderança no tipo de dominação carismática ou delegá-la às instâncias articuladoras influencia, não só a definição da coordenação e por conseguinte, do espaço decisório e diretivo, mas também a relação que se estabelece entre coordenadores e demais integrantes.

Nesse sentido, a postura que a base apresenta diante dos sujeitos que coordenam e direcionam as ações do movimento considera mais suas características pessoais e interpessoais, do que o cumprimento das funções estabelecidas e a eficácia de suas atividades – fenômeno que pode decorrer do próprio desconhecimento dessas funções, o que impede que se pondere o sujeito a partir delas. Dessa forma, evidenciou-se nas entrevistas que os integrantes não diferenciam a “função coordenador” da “pessoa coordenador”, o que faz com que características pessoais, como atenciosidade, carisma e simpatia sejam mais importantes que outros fatores fundamentais ao movimento.

Essa noção evidencia-se na entrevista da R3 que, questionada sobre a relação entre coordenadores e integrantes, respondeu: “Até agora, não tenho nada a reclamar. A coordenação é bem atenciosa”. Assim, identificamos uma relação personalista, que se estabelece portanto de forma específica para cada integrante, uma vez que cada pessoa tem opinião e expectativas distintas em relação ao outro. Essa postura individual pode sobrepor-se ao bem comum, na medida em que conflitos e divergências pessoais impedem o alcance dos valores comuns e mesmo sua percepção. Desse modo, ainda que de forma indireta e implícita, promove-se o personalismo, valor que traz dificuldades à mobilização social.

Tal noção personalista mostra-se, tanto nos integrantes, quanto na coordenação. Sobre a relação entre as partes, o R1 (integrante) respondeu: “Mas eles [coordenadores] são bons né? Pra mim, sempre foram bons”; da mesma forma, a R6 (coordenadora) respondeu: “A minha [relação] é boa”. Em suma, a reflexão está sempre permeada pelo “eu” e não, pelo “nós”.

Por meio ainda da análise de conteúdo, interpretando principalmente os pronomes referidos nas entrevistas, tangemos outro aspecto presente na relação entre coordenadores e integrantes, certa noção de clientelismo, que também decorre do tipo de liderança presente, a carismática. Isso pois nesse tipo de dominação, os líderes envolvem-se de uma aura heróica e virtuosa, que chega a lhes conceder um poder sobrenatural (WEBER, 1965). Dessa forma, os integrantes veem um abismo entre

suas capacidades e possibilidades e as da coordenação; consideram que o desenvolvimento das ações e do próprio movimento dependem unicamente da atuação dos coordenadores; isentam-se portanto da participação e da co-responsabilidade. Isso fica evidente na fala do R4, sobre a relação entre coordenadores e integrantes: “Se não for eles também, se não tiver na frente...”.

Esse quadro implica no sentimento de devoção e dívida que alguns integrantes demonstram em relação aos coordenadores. O R1, questionado sobre a contribuição do movimento para sua vida, respondeu:

Eles ajudaram bastante a gente. Se não fosse eles, nós não ‘ia’ conseguir nunca ter uma moradia. Então, tem coisas que a gente precisa agradecer muito eles. Tem pessoa que não agradece eles [...] Mas tem que dar graças a Deus que esse povo daqui ajudou a gente.

Assim, vemos que o integrante associa o movimento diretamente à coordenação, como se não fizesse parte dele. A partir disso, emerge a noção do assistencialismo<sup>61</sup> – perceptível na utilização do termo “ajudar”. Há uma separação clara entre os sujeitos que participam da ação, os responsáveis – “eles” – e os que se beneficiam da ação, os assistidos – “nós”. Essa concepção heróica que envolve a coordenação gera, em alguns casos, uma confiança desmedida; assim, alguns integrantes não sabem e também não buscam saber sobre a atuação dos coordenadores, uma vez que confiam o direcionamento de suas demandas a tais pessoas. Sobre o conhecimento acerca das atividades da coordenação, o R1 respondeu: “Não [conheço]. Eu sei que eles ‘faz’ bastante coisa. Eles sempre lutam pras coisas”. Essa confiança alimenta-se também das muitas conquistas que o movimento possui desde seu surgimento, fator amplamente referido e relacionado ao ingresso de novos membros e ao seu engajamento – a R3 respondeu, sobre sua motivação para participar do movimento: “Quando eu vejo que as pessoas pegam a chave, isso me anima mais”.

Mas se por um lado, certos integrantes demonstram essa confiança baseada na racionalidade instrumental; por outro, alguns membros exibem uma postura mais crítica, sobre a atuação dos coordenadores, referindo-se principalmente à necessidade de maior transparência. Isso aparece na resposta da R2, sobre a relação entre coordenadores e integrantes: “Olha, eu acho que pode melhorar [...] Eu não sei qual é

---

<sup>61</sup> “[...] nesta hipótese, a libertação ou a ‘salvação’ das massas populares estaria sendo um presente, uma doação a elas, o que romperia o vínculo dialógico entre a liderança e elas, convertendo-as de coautoras da ação da libertação, em incidência desta ação” (FREIRE, 2011, p. 228).

a forma deles trabalharem”. Esse aspecto também foi o primeiro citado pelo R5 sobre o que deveria melhorar: “Mais transparência [...]”.

Analisando as entrevistas de forma mais holística, podemos notar certo padrão, que relaciona a postura dos integrantes ao tempo em que participam do movimento. No aspecto aqui analisado, dos cinco integrantes entrevistados, apenas os dois mais antigos – a R2 com 14 anos e o R5 com 29 anos de participação – apresentaram uma perspectiva mais crítica sobre a coordenação. Ambos relacionam-se com o movimento desde crianças – por acompanharem a participação dos pais, vivenciando assim sua trajetória e transformações, o que – acreditamos – permite-lhes assumir uma conduta mais reflexiva e ativa, em comparação aos demais integrantes.

Em nossas considerações, essa relação entre participação, lugar no movimento e tempo como integrante decorre de duas variáveis – a construção dos repertórios de ação política e as atividades de formação política e cultural. Assim, aprofundamos essa concepção nos tópicos seguintes.

### **8.3 Construção dos repertórios de ação política**

Com a observação de campo e a aplicação das entrevistas, identificamos certos problemas que se colocam em relação ao processo de construção dos repertórios de ação política, o que influi no modo como os integrantes se relacionam com o movimento e se situam nele. Assim, a maioria dos integrantes entrevistados demonstra uma noção instrumental e utilitarista da organização civil, que não ultrapassa a demanda imediata – a moradia. Eles não veem, portanto, o movimento como um lugar – físico e simbólico, em que podem desenvolver outros aspectos – políticos, sociais, culturais etc. – de sua vida. Não compreendem a organização como ator político, que detém o papel de construir uma nova forma de participação e engajamento civil; lutando não somente pela questão da moradia, mas também contra a lógica de exclusão e desigualdade social, que impera em nossa sociedade.

Utilizando a análise de conteúdo, vemos que os termos “casa”, “moradia” e “própria” são relacionados diretamente à motivação para entrada no movimento – nas cinco respostas sobre isso, a demanda material aparece exclusivamente. Ela também predomina nas respostas sobre a contribuição do movimento para o indivíduo e para a sociedade – mesmo quando perguntados sobre os benefícios que vão além da moradia, os respondentes retomaram essa questão material, não conseguindo expressar ou mesmo atribuir um significado mais profundo ao movimento. O R4, por exemplo – respondendo à pergunta “Em que você acha que o movimento contribui para a sociedade?” – disse apenas: “Acho que contribui”. Com isso, depreendemos que o integrante não se sente confortável para se expressar sobre as possibilidades

de atuação do movimento; seja por falta de conhecimento, de confiança em si para apropriar-se do tema ou até mesmo de vontade para abordá-lo. De qualquer forma, isso demonstra a distância em relação a uma questão que lhe diz respeito diretamente.

É claro que o objetivo principal do movimento deve ser a moradia, uma vez que ele constitui uma mobilização civil com pauta clara e de caráter urgente; mas vimos que, para diversos integrantes, a demanda material imediata é a única questão envolvida, o que restringe seu campo de visão e reflexão. Assim, a postura crítica – quando há – alude geralmente aos processos burocráticos em torno da distribuição da demanda. A R2, quando se referiu à necessidade de maior transparência da coordenação, complementou:

Tem gente que entra aqui e em muito pouco tempo, consegue alguma coisa. Então, eu acho que assim... Acho que tinha que avaliar melhor e ver realmente quem tem mais tempo de reunião, quem participa de tudo [...] Eu acho que tem que ser assim, um pouquinho mais justo com algumas pessoas.

Se por um lado, essa visão utilitarista e imediatista decorre do repertório de ação política limitado, por outro, contribui para essa limitação, gerando um ciclo; uma vez que não se busca ampliar o nível de atuação e participação no movimento. O que podemos considerar, a partir da pesquisa de campo, é que não se atribui grande importância à formação política e cultural e não se busca promovê-la, tanto por parte dos integrantes, quanto dos coordenadores. Quando perguntada, a R3 respondeu que não gostaria de participar de atividades formativas ou culturais no movimento<sup>62</sup>; da mesma forma, o R4 afirmou que não lhe vinha nada à cabeça, sobre como o espaço da associação pode ser utilizado. Por sua vez, quando perguntamos à coordenadora R6 porque não ocorrem mais atividades do tipo no movimento, ela respondeu: “Eu não cheguei a saber. Eu pedi ainda, mas ‘Ah que só dá trabalho’ [...] É falta de interesse e falta de pessoa pra representar o assunto também”.

Deste modo, vemos um ciclo em que a ausência de atividades formativas, políticas e culturais, impede a construção de um repertório em que se confere à mobilização social e às suas ações um sentido mais profundo – de promoção da democracia e da participação política, no sentido mais amplo do conceito. Consequentemente, essa postura dificulta a atribuição da importância devida à formação política e cultural da base e a compreensão do movimento como ator dotado

---

<sup>62</sup> Essa postura também pode decorrer da falta de identificação com a coletividade, a qual abordamos no tópico “8.1 Estrutura do movimento” e retomamos em nossas considerações finais.

desse lugar social e potencial para essa ação. Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012) abordam essa simbologia do movimento social, defendendo que o engajamento em torno da moradia digna, não só está voltado a uma reivindicação concreta e urgente, de gozo individual; como tem a potencialidade de ativar outros sentidos e motivações – como por exemplo, promover o debate sobre propriedade privada e função social da propriedade.

Nesse rumo, admitindo que as variáveis do movimento aqui analisadas possuem relação direta com a formação política e cultural, discorreremos sobre esse aspecto no próximo tópico.

#### **8.4 Formação política e cultural**

Conforme supracitado, o Movimento de Moradia da Mooca apresentou uma intensa formação política e cultural em sua constituição, o que teve papel fundamental em seu desenvolvimento, devido à construção dos repertórios de ação que, por meio da educação libertadora, instruiu os indivíduos para a atuação política, tornando-lhes sujeitos de sua própria luta. Esse caráter formativo perdeu sua consistência durante a trajetória do movimento, o que identificamos através das entrevistas – a coordenadora R6 afirmou que o Movimento de Moradia da Mooca não realiza mais atividades desse tipo, acrescentando que não sabe o porquê, mas que faltam pessoas interessadas, para representar o assunto. Dos integrantes entrevistados, apenas os dois que acompanham o movimento há mais de dez anos – R2 e R5 – demonstraram conhecimento sobre as atividades realizadas por ele, assim como uma noção maior das que podem ser promovidas.

A R2 (integrante há 14 anos) mencionou um curso preparatório para a faculdade, que ocorreu em 2008, no qual os integrantes do movimento faziam as aulas e podiam ganhar bolsas de estudo nas faculdades, ao ajudar na realização do projeto – “Eu fiquei aqui, pra conseguir minha bolsa [de 100%], fiquei três anos e meu curso foi de dois. Então, foram uns cinco anos. Era trabalho voluntário. Aí depois as outras pessoas não ‘quis’ continuar com o projeto e encerrou”<sup>63</sup>. O R5 (integrante há 29 anos) também explanou sobre as atividades formativas: “Antigamente, aqui era muito bom. Aqui tinha telecurso 2000 [...] Tinha de artesanato, de gastronomia [...] Hoje não tem mais nada”. Já os integrantes R1, R3 e R4 afirmaram não ter participado de ações

---

<sup>63</sup> A atividade trazia um princípio promovido no início da ATRM, a inclusão dos integrantes do movimento na gestão das atividades formativas, buscando assim envolver o maior número de sujeitos. Com isso, promove-se a formação política duplamente, tanto pelo resultado – a atividade em si, quanto pelo processo – a atuação do indivíduo. O curso, portanto, possibilitava a construção de repertório político, assim como a promoção de uma estrutura mais horizontal, com uma participação maior da base na gestão do movimento.

formativas no movimento, demonstrando também não conhecer quais atividades ocorriam – o R1 falou apenas “Tinha uns cursos, mas não deu pra ‘mim’ ir mesmo”.

Da mesma forma, o tempo de participação no movimento mostrou uma relação direta com a resposta sobre quais atividades deveriam ser promovidas pela instituição, na opinião dos integrantes. A R2 e o R5 indicaram as atividades que gostariam que se realizassem – alfabetização, informática, artesanato, costura, curso de torneiro mecânico etc. Por sua vez, a R3 (8 meses) respondeu que não possui interesse em tais atividades e o R4 (7 meses) disse que não lhe vinha nada à cabeça. É interessante notar que o integrante R1, que possui um tempo médio de participação (6 anos), apresentou uma resposta que se coloca entre as demais – dizendo que gostaria de participar do que lhe fosse oferecido, mas não sabia indicar os tipos de atividade.

Dessa forma, percebemos que quanto maior é o tempo de participação do integrante, mais profunda é sua noção sobre as possibilidades de atuação do movimento e sobre a importância da formação política e cultural. Em suma, o desconhecimento e a falta de vivência nesse âmbito impede que os integrantes construam uma visão sobre como o movimento pode contribuir para a formação política e o desenvolvimento dos sujeitos.

É curioso e necessário notar que o integrante R1 participa do movimento desde 2012 e que neste período, realizaram-se atividades dentro da instituição<sup>64</sup>, das quais contudo ele não possui conhecimento. Supomos com isso que sua participação dava-se em um nível superficial, que podemos associar à terceira ou à quarta esfera de participação, definidas por Petrini (apud SADER, 1988) – a terceira refere-se à mobilização apenas em atividades específicas, enquanto a quarta, mais passiva, alude ao recebimento de materiais informativos.

Assim, podemos depreender que, no Movimento de Moradia da Mooca, a questão temporal influencia diretamente na construção de relações mais profundas e concretas de participação, envolvimento e pertencimento<sup>65</sup>. Nesse ponto, também devemos levar em consideração que os integrantes R2 e R5, não só participam do movimento há um longo período, como possuem uma trajetória familiar dentro dele, uma vez que seus pais também eram integrantes e conquistaram sua casa por meio do grupo, efetivando sua luta. Portanto, não podemos descartar a influência dos laços

---

<sup>64</sup> Segundo a R2, sua irmã ministrou um curso de alfabetização para adultos, em 2014: “Minha irmã é professora, ela deu aula de alfabetização [...] Era pra adulto. Tinha uns vizinhos nossos, que era um pessoal mais velho. Eu acho que foi bem legal. Só que... O que acontece... O pessoal tudo trabalha, aí chegava em casa à noite, queria fazer as coisas em casa. Eles vieram um tempo, depois eles desistiram. Então, como eles desistiram, a minha irmã parou de dar, porque não tinha aluno”.

<sup>65</sup> Essa influência dá-se hoje, uma vez que o movimento realizava atividades formativas em sua trajetória passada. Dado que isso não ocorre mais, não conseguimos determinar se no futuro manter-se-á a mesma relação entre tempo e participação no movimento.

familiares – que acabam permeando-se aos laços criados na mobilização social; assim como a influência da conquista material, uma vez que a motivação ao indivíduo é maior, quando os beneficiados são pessoas próximas a ele.

Nesse sentido, conforme introduzido, diante da necessidade de ações orientadas do movimento, que busquem envolver, engajar e mobilizar os integrantes – principalmente, os novos, ressaltamos a potencialidade da formação política e cultural e introduzimos a contribuição das relações públicas comunitárias nesse processo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o papel desempenhado pelas atividades formativas, políticas e culturais, no processo de constituição e trajetória inicial do Movimento de Moradia da Mooca, confirmamos – por meio da pesquisa de campo – sua relevância ao desenvolvimento da organização civil, ainda hoje. Situamos, portanto, a formação política e cultural no centro de um curso, que associa variáveis fundamentais à mobilização social – nível de participação, estrutura e lógica de atuação do movimento, relação entre os atores, noção de pertencimento e construção da identidade coletiva.

A estrutura do Movimento de Moradia da Mooca apresenta certa hierarquia, no que tange ao conhecimento, às decisões e ao posicionamento do grupo, com grande discrepância entre os níveis de participação de lideranças e base. Os integrantes possuem um nível superficial de participação, que não possibilita, assim, as interações entre o grupo, a ação coletiva e a construção de solidariedades. Dessa forma, não se promove o sentimento de pertença, a formação da identidade coletiva e assim, o engajamento para a luta – pelo seu eu-individual e seu eu-coletivo.

A diferença nos níveis de atuação também coloca um abismo entre líderes e base, tornando sua relação complexa, uma vez que os integrantes não se compreendem como (potenciais) atores de sua luta, atribuindo-lhe às características heróicas das lideranças; situação que acaba reproduzindo um viés assistencialista e personalista, que dificulta a mobilização social. Além disso, a ausência de participação tolhe a formação de repertório político e conseqüentemente, a atribuição de significados mais profundos e críticos ao movimento social; significados que transcendem o atendimento imediato das demandas e tangem a emancipação e promoção da democracia. Dessa forma, emerge uma visão instrumental que – em um ciclo – decorre da dificuldade de construção do repertório político mais amplo, ao mesmo tempo em que dificulta essa construção, uma vez que os sujeitos não visualizam a importância desse fator e não buscam promovê-lo.

Nessa conjuntura, coloca-se como necessária a inserção da formação política e cultural, posto que ela estabelece relação direta e mútua com cada variável, ao aumentar a participação do integrante, incluindo-lhe em processos e atividades que excedem o nível da recepção. A possibilidade de participar do planejamento e gestão dessas atividades resulta em uma formação política dupla, tanto pelo resultado – a atividade final, quanto pelo processo. Peruzzo (2003) defende que a formação de uma coletividade requer o envolvimento de seus membros, por meio de uma participação efetiva na construção de sua história e não, apenas uma proximidade física e superficial. Consequentemente, temos a construção da identidade coletiva, na qual o integrante tem parte, em uma troca constante – de visões, valores, posicionamentos – com os demais sujeitos e o próprio movimento. Assim, sentindo-se representado pelo coletivo e incluso na ação para a mudança, protagonista e não beneficiado, o integrante passa a ter um engajamento maior para a luta.

Segundo Tatagiba (2012), as organizações civis envolvem a filiação voluntária, determinada pela identificação com os objetivos institucionais e pela solidariedade entre os integrantes. Nesse sentido, os movimentos sociais constroem-se e reconstroem-se pelos membros, constantemente; o que demanda inclui-los em seus processos e ações, utilizando assim o potencial das atividades formativas. Tais atividades também favorecem a construção do repertório político, tanto por seu conteúdo crítico, emancipador, enraizado nas temáticas populares; quanto pela quebra da visão instrumental, mostrando como os movimentos sociais podem agir para uma mudança estrutural do homem e da sociedade.

Nesse sentido, para que o Movimento de Moradia da Mooca alcance uma formação política e cultural expressiva, como a que identificamos em seu início, defendemos a atuação orientada das relações públicas comunitárias que, trazendo como princípios fundamentais a emancipação e a educação libertadora, contribuem para a construção de processos adequados à conjuntura democrática das organizações civis.

Segundo César (2007), mesmo nos movimentos sociais – ainda que por vezes de forma não intencional – existem “nichos de poder” que se sustentam na retenção de informações, restringindo a organização, a mobilização e a politização dos conteúdos às lideranças, excluindo as bases da participação ativa e assim, enfraquecendo a reivindicação e empobrecendo os projetos. Podemos identificar essa situação, apresentada pela autora, no Movimento de Moradia da Mooca, em que “constata-se a falta de ‘rodízio de poder’, fundamental à manutenção do equilíbrio de forças para evitar o desgaste do movimento e das próprias lideranças” (CÉSAR, 2007, p. 88). Nesse sentido, a comunicação comunitária pode contribuir de forma relevante,

construindo juntamente com as lideranças formas e processos de ampliar os espaços das bases nas decisões e no exercício de poder (CÉSAR, 2007) e assim, possibilitando que o movimento renove seus quadros diretivos, em uma transmissão processual e contínua. Dessa forma, não somente a formação política e cultural pode se apropriar das relações públicas comunitárias, como pode ocorrer o inverso, com a construção de processos comunicacionais que envolvam atividades formativas e de participação.

Nesse ponto, Peruzzo salienta que a gestão coletiva pautada na justiça social traz como premissa a igualdade e portanto, “[...] requer que a mesma chance de participação seja dada a todos, tanto no nível da produção como do consumo” (2007, p. 148). Dessa forma, as relações públicas comunitárias são pertinentes por apresentarem uma comunicação bidirecional, simétrica e emancipadora, que inclui ambas as partes no processo de construção e gestão dos conteúdos e do saber.

A comunicação comunitária traz à tona o ser histórico, participante e sujeito, “ser-em-comum” (PAIVA, 1998), indivíduo coletivizado, cidadão comprometido com a (trans)formação de sua realidade (CÉSAR, 2007), protagonista de sua história (FREIRE, 2011). Nessa conjuntura, as decisões são tomadas pelas lideranças, mas com base em critérios definidos pela instância mais importante, a discussão da comunidade, que vota as grandes linhas de ação e convoca o corpo diretivo para sua gestão (GUILLERM; BOURDET, 1976 apud PERUZZO, 2007).

Peruzzo (2007) ressalta a dificuldade para se tanger a participação avançada e a verdadeira democratização, devido ao enraizamento de uma cultura de lideranças do tipo autoritária e à baixa experiência histórica em participação. Dessa forma, é necessário utilizar a comunicação a favor desse propósito, abandonando a passividade, adotando o caráter político e colocando seu conhecimento à disposição das classes subalternas, em uma metodologia da troca – em que não se impõe, sugere-se; não se ensina; aprende-se junto.

As relações públicas comunitárias também favorecem a construção da identidade coletiva, sendo canal de expressão popular e de compartilhamento de visões e valores, incluindo portanto os sujeitos nesse processo. Dessa forma, constrói-se o sentimento de pertença, uma vez que “[...] os grupos crescem e se fortalecem com identidade, sabendo para onde vão” (CÉSAR, 2007, p. 88). Assim, os integrantes participam do processo de (re)construção contínua do movimento, o que possibilita a verdadeira representação da base. “[...] o movimento de moradia é por essas mesmas pessoas constantemente reconfigurado e suficientemente maleável para ser reivindicado por elas à luz daquilo que, para cada uma delas, faz sentido como espaço de participação e luta” (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012, p. 405). Dessa

forma, os sujeitos estabelecem um diálogo ativo e criativo com o movimento que se apresenta a eles, transformando-o.

Nesse sentido, defendemos a importância do diálogo constante entre a formação política e cultural e a comunicação comunitária, a fim de se promover a identidade coletiva, o repertório político e a mobilização social e possibilitar a transmissão dialética e interativa do movimento aos novos integrantes, que assumem o protagonismo da luta, ressignificando-lhe de acordo com seus valores, anseios e propósitos. Desse modo, os movimentos conseguem se posicionar de forma mais eficaz, frente às transformações sociais – uma vez que acompanham o curso da comunidade, representando-lhe e direcionando-se a ela. Em síntese, a organização civil consegue se desenvolver e prosseguir com sua luta, cumprindo assim seu lugar de difundir espaços e modelos emancipadores e democráticos, em busca de uma sociedade mais justa, voltada ao interesse social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: **Lua Nova**, 76: 49-86. São Paulo: Lua Nova, 2009

Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca. **Caderno A Luta dos Quintais e Cortiços da Mooca**. 1993.

BAENINGER, R. Crescimento da população na Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX. In: **KOWARICK, L.; MARQUES, E. (org).** São Paulo: **novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CALDEIRA, T. P. Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. In: **Novos estudos**, v. 98, 2014.

CAPPELLE, M. C. A. et al. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. In: **Organizações Rurais e Agroindustriais - Revista Eletrônica de Administração da UFLA**, v. 5, n. 1, 2003.

CESAR, R. E. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, M. K. K.; KUNSCH, W. L. (org.) **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dilógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

COSTA, A. M. N. A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, volume 24, n. 1, 2004.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: De que estamos falando? In: **MATO, D. (coord).** **Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalizacion**. Caracas: Faces, Universidade Central de Venezuela, 2004.

DOMINGUES, J. M. **Ensaio de Sociologia: Teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2012.

GRAZIA, G. **Da organização pela base à institucionalização - Associações de Trabalhadores: o resgate de uma experiência classista dos anos 1970/80**. Rio de Janeiro: NPC - Núcleo Piratininga de Comunicação, 2017.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HENRIQUES, M. S. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In: KUNSCH, M. K. K.; KUNSCH, W. L. (org.) **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dilógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

KOWARICK, L. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. In: **Lua Nova**, v. 70. São Paulo, 2007.

KUNSCH, W. L. Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. In: KUNSCH, M. K. K.; KUNSCH, W. L. (org.) **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dilógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

MICHAELIS. Disponível: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portuques/busca/portuques-brasileiro/atingir/>. Acesso em: mai.2018

MIGUEL, L. F. **Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação**. BIB, Rio de Janeiro, n. 49, 2000.

MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. 1 ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.

MOTTA, A. B.; WELLER, W. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, 2010.

MUNCK, G. L. Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégia Política: Problemas Conceituais do Estudo dos Movimentos Sociais. In: **Dados**, v. 40, n. 1. Rio de Janeiro, 1997.

MURADE, J. F. G. Relações Públicas na construção da cidadania dos grupos populares. In: KUNSCH, M. K. K.; KUNSCH, W. L. (org.) **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dilógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

MUTZENBERG, R. Movimentos Sociais no Brasil: sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas. In: **III Conferência Internacional do IESE, 2012, Moçambique. Anais da III Conferência Internacional do IESE**. Moçambique: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2012.

PAIVA, R. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, C. M. K.; ALMEIDA, F. F. **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: Intercom; Salvador: Uneb, 2003.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação comunitária e gestão participativa. In: KUNSCH, M. K. K.; KUNSCH, W. L. (org.) **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dilógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SIMÕES, M. C. Apresentação. In: MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. 1 ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TATAGIBA, L. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões. In: **Colombia Internacional 71**. 2010.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. In: **Opinião Pública**, v. 18, n. 2. Campinas: 2012.

WEBER, M. Os três tipos de dominação legítima. In: **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília: UNB, 2012.

WEBER, M. Burocracia. In: **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

## APÊNDICE

### • Questionário quantitativo

#### PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA “FORMAÇÃO POLÍTICA E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: O MOVIMENTO DE MORADIA NA MOOCA”

RESPONSÁVEL: DÉBORA AP. B. FREITAS  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

#### INFORMAÇÕES GERAIS

IDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL:

\_\_\_\_\_

GÊNERO:

- FEMININO  
 MASCULINO

OUTRO: \_\_\_\_\_

LOCAL DE NASCIMENTO:

(cidade, estado)

\_\_\_\_\_

COR / ETNIA:

- BRANCA  
 PRETA  
 PARDA  
 AMARELA  
 INDÍGENA

OUTRA: \_\_\_\_\_

RELIGIÃO:

- CATÓLICA  
 EVANGÉLICA  
 ESPÍRITA

OUTRA: \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO POLÍTICA:

- NÃO  
 SIM

PARTIDO: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO / OCUPAÇÃO:

- EMPREGADO FORMAL  
 EMPRESÁRIO  
 AUTÔNOMO / PROFISSIONAL LIBERAL  
 APOSENTADO / PENSIONISTA  
 DO LAR  
 DESEMPREGADO  
 ESTUDANTE

OUTRA: \_\_\_\_\_

RAMO DE ATIVIDADE:

- INDÚSTRIA  
 COMÉRCIO  
 SERVIÇO

OUTRO: \_\_\_\_\_

RENDA FAMILIAR MENSAL:

(Salário mínimo: R\$ 954)

- ATÉ 01 SALÁRIO MÍNIMO  
 DE 01 A 03 SALÁRIOS MÍNIMOS  
 DE 03 A 05 SALÁRIOS MÍNIMOS  
 DE 05 A 15 SALÁRIOS MÍNIMOS  
 + DE 15 SALÁRIOS MÍNIMOS

ESCOLARIDADE:

- ANALFABETO(A)  
 FUNDAMENTAL INCOMPLETO  
 FUNDAMENTAL COMPLETO  
 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO  
 ENSINO MÉDIO COMPLETO  
 TÉCNICO / PROFISSIONALIZANTE  
 ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO  
 ENSINO SUPERIOR COMPLETO

#### MORADIA E RELAÇÃO COM A CIDADE

BAIRRO DE MORADIA: \_\_\_\_\_

TIPO DE HABITAÇÃO:

- CASA  
 APARTAMENTO  
 FAVELA  
 CORTIÇO  
 CÔMODO

OUTRA: \_\_\_\_\_

CONDIÇÃO DA HABITAÇÃO:

- PRÓPRIA  
 ALUGADA  
 EMPRESTADA / DOADA  
 OCUPAÇÃO

TEMPO EM QUE MORA NO BAIRRO: \_\_\_\_\_

QTD. DE MORADORES NO LOCAL: \_\_\_\_\_

BAIRRO DA PRINCIPAL ATIVIDADE: (trabalho, estudo etc.)

\_\_\_\_\_

CASO SUA PRINCIPAL ATIVIDADE NÃO SEJA NO BAIRRO ONDE VOCÊ MORA, POR QUE ISSO OCORRE?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

COMO VOCÊ SE LOCOMOVE ATÉ O LOCAL DESSA ATIVIDADE: (carro, moto, metrô, trem, bicicleta, a pé etc.)

\_\_\_\_\_

QUAIS ATIVIDADES CULTURAIS E DE LAZER EXISTEM EM SEU BAIRRO / CIDADE:

- PARQUE / PRAÇA  CLUBE  SHOPPING  
 TEATRO  SHOWS  CINEMA  ARTE DE RUA  
 EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS  CURSOS

OUTRA: \_\_\_\_\_

VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA? QUAL?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

DE QUAIS GRUPOS VOCÊ PARTICIPA EM SEU BAIRRO:

- ASSOCIAÇÕES  CLUBES  GRUPOS RELIGIOSOS  
 GRUPOS VOLUNTÁRIOS  GRUPOS CULTURAIS

OUTRO: \_\_\_\_\_

**UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS****EQUIPAMENTOS QUE POSSUI:**

- COMPUTADOR  
 NOTEBOOK  
 TABLET  
 SMARTPHONE  
 CELULAR

**POSSUI ACESSO À INTERNET:**

- EM CASA  
 NO TRABALHO  
 NO CELULAR  
 CASA DE FAMILIARES / AMIGOS  
 LAN HOUSE / LOCAIS PÚBLICOS  
 NÃO TENHO ACESSO À INTERNET

OUTRO: \_\_\_\_\_

**FREQUÊNCIA DE ACESSO À INTERNET POR SEMANA:**

- DIARIAMENTE  
 DE 6 A 5 DIAS  
 DE 4 A 3 DIAS  
 DE 2 A 1 DIA  
 NÃO ACESSO TODA SEMANA

**EM CASO DE ACESSO DIÁRIO, POR QUANTAS HORAS VOCÊ UTILIZA A INTERNET:**

- DE 0 A 4 HORAS  
 DE 4 A 8 HORAS  
 DE 8 A 12 HORAS  
 DE 12 A 16 HORAS  
 DE 16 A 20 HORAS  
 DE 20 A 24 HORAS

**QUAIS REDES SOCIAIS VOCÊ POSSUI:**

- E-MAIL  
 SITE  
 BLOG  
 FACEBOOK  
 INSTAGRAM  
 TWITTER  
 LINKEDIN  
 WHATSAPP

OUTRA: \_\_\_\_\_

**ENUMERE OS ITENS ABAIXO CONFORME SEU INTERESSE NA INTERNET:**

- 0 – NÃO POSSUO  
 1 – INTERESSE BAIXO  
 2 – INTERESSE MÉDIO  
 3 – INTERESSE ALTO

- CONTATO COM FAMÍLIA E AMIGOS  
 ESTUDO OU TRABALHO  
 INFORMAÇÃO  
 COMPRAS  
 DIVERSÃO

OUTRO: \_\_\_\_\_

**VOCÊ UTILIZA A INTERNET PARA MANTER CONTATO COM O MOVIMENTO QUINTAIS DA MOOCA OU COM SEUS INTEGRANTES?**

- SIM  NÃO

**VOCÊ UTILIZA A INTERNET PARA SE INFORMAR SOBRE O MOVIMENTO DE MORADIA E POLÍTICAS NESTA ÁREA?**

- SIM  NÃO

**RELAÇÃO COM O MOVIMENTO****ANO DE ENTRADA NO MOVIMENTO DE MORADIA:**

\_\_\_\_\_

**COMO CONHECEU O MOVIMENTO DE MORADIA:**  
(família, amigos, mídias, ações do movimento etc.)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**MOTIVAÇÃO PARA ENTRADA NO MOVIMENTO:**

- CONQUISTAR MORADIA PRÓPRIA E DIGNA  
 LUTAR COLETIVAMENTE POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

- INFLUÊNCIA DE OUTRAS PESSOAS E DA PARTICIPAÇÃO EM OUTROS ESPAÇOS

- IDENTIFICAÇÃO COM AS CAUSAS DO MOVIMENTO

OUTRA: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**FUNÇÃO NO MOVIMENTO:**

- COORDENADOR  INTEGRANTE  
 INTERESSADO

OUTRA: \_\_\_\_\_

**EM QUANTOS DIAS POR SEMANA VOCÊ PARTICIPA DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO:**

- DIARIAMENTE  
 DE 6 A 5 DIAS  
 DE 4 A 3 DIAS  
 DE 2 A 1 DIA  
 NÃO PARTICIPO TODA SEMANA

**QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE AS SEGUINTE AÇÕES DO MOVIMENTO DE MORADIA:**

- 1 – DISCORDO TOTALMENTE  
 5 – CONCORDO TOTALMENTE

**OCUPAÇÃO / BLOQUEIO DE RUA**

- 1  2  3  4  5

**MANIFESTAÇÃO PACÍFICA**

- 1  2  3  4  5

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

- 1  2  3  4  5

**REIVINDICAÇÃO PELO DIREITO DE MORADIA NO CENTRO DA CIDADE**

- 1  2  3  4  5

**MUTIRÃO**

- 1  2  3  4  5

**EM QUE O MOVIMENTO CONTRIBUI PARA A SUA VIDA:** (Assinale todas as opções que quiser)

- CONSCIÊNCIA POLÍTICA, SOCIAL E DOS DIREITOS  
 CRESCIMENTO PESSOAL, AUTOESTIMA, ESPERANÇA  
 CONVIVÊNCIA SOCIAL  
 BENEFÍCIOS MATERIAIS (MORADIA E OUTROS)  
 NADA

OUTRO: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**EM QUE O MOVIMENTO CONTRIBUI PARA A SOCIEDADE:** (Assinale todas as opções que quiser)

- DIMINUIÇÃO DE HABITAÇÕES PRECARIAS  
 MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA  
 DEBATE PÚBLICO SOBRE A QUESTÃO DA MORADIA  
 CONHECIMENTO DOS DIREITOS, CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA  
 AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA POLÍTICA  
 NADA

OUTRO: \_\_\_\_\_

**AVALIE AS AFIRMAÇÕES ABAIXO:**

1 – DISCORDO TOTALMENTE  
 5 – CONCORDO TOTALMENTE

**TENHO CONHECIMENTO SOBRE AS ATIVIDADES DO MOVIMENTO**

1  2  3  4  5

**TENHO CONHECIMENTO SOBRE AS ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO**

1  2  3  4  5

**SEI QUAIS SÃO OS MÉTODOS DE FORMAÇÃO DA COORDENAÇÃO**

1  2  3  4  5

- **Roteiro de entrevista**

**PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA “FORMAÇÃO POLÍTICA E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: O MOVIMENTO DE MORADIA NA MOOCA”**

RESPONSÁVEL: DÉBORA AP. B. FREITAS  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- Idade
- Estado civil
- Gênero
- Local de nascimento
- Cor / etnia
- Você possui alguma religião?
- Você é filiado a algum partido político? Qual?
- Qual é sua profissão?
- Em que ramo de atividade você trabalha?
- Qual é sua renda familiar mensal?
- Qual é sua escolaridade?

**MORADIA E RELAÇÃO COM A CIDADE**

- Em que bairro você mora?
- Qual é o tipo de habitação? (casa, apartamento, quintal etc.)
- Qual é a condição da habitação (própria, alugada, doada etc.)
- Há quanto tempo você mora no bairro?
- Quantas pessoas moram no local?
- Em que bairro você exerce sua principal atividade?
- Caso essa atividade não ocorra no bairro onde você mora, por que isso ocorre?
- Como você se locomove até o local dessa atividade?
- De quais atividades culturais e de lazer você participa?
- De quais grupos você participa em seu bairro? (associações, clubes, grupos religiosos etc.)

**UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS**

- Quais equipamentos tecnológicos você possui? (computador, notebook, celular etc.)
- Em que locais você possui acesso a internet?
- Com que frequência você acessa a internet?
- Em caso de acesso diário, por quantas horas você utiliza a internet?
- Quais redes sociais você possui?
- Você utiliza a internet para qual finalidade?
- Você utiliza a internet para manter contato com o Movimento dos Quintais da Mooca ou com seus integrantes?
- Você utiliza a internet para se informar sobre o movimento de moradia e políticas nessa área?

**RELAÇÃO COM O MOVIMENTO**

- Em que ano você entrou no movimento?
- Como você conheceu o movimento de moradia?
- Qual sua principal motivação para entrada no movimento?
- Qual sua função no movimento? (integrante, coordenador, interessado etc.)
- Você gostaria de fazer parte da coordenação? Se sim, por que não faz?
- Com que frequência você participa de atividades do movimento?
- Qual é sua opinião sobre as seguintes ações do movimento de moradia: Ocupação / Bloqueio de rua; Manifestação pacífica; Participação política; Reivindicação pelo direito de moradia no centro da cidade; Mutirão?
- Em que o movimento contribui para a sua vida?
- Em que o movimento contribui para a sociedade?

- Você tem conhecimento sobre as atividades do movimento?
  - Você tem conhecimento sobre as atividades da coordenação?
  - Você tem conhecimento sobre os métodos de definição da coordenação?
  - O que você acha da relação entre a coordenação e os demais integrantes?
- Você vê algum conflito dentro do movimento, por conta da diferença de geração ou de idade?
  - Você já participou de atividades de formação - como cursos - ou culturais no movimento? De quais e quando? De quais atividades você gostaria de participar, hoje?